

DENISE CUNHA DANTAS

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INDICADORES PARA AVALIAR SEU IMPACTO
NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

ORIENTADOR

PROF. DR. ANTÔNIO CLÁUDIO GÓMEZ DE SOUSA

RIO DE JANEIRO

2019

DENISE CUNHA DANTAS

CIP - Catalogação na Publicação

CD192e
e Cunha Dantas, Denise
Extensão Universitária: Indicadores para Avaliar
seu Impacto na Transformação Social / Denise Cunha
Dantas. -- Rio de Janeiro, 2019.
97 f.


Orientadora: Antônio Cláudio Gómez de Sousa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2019.

1. Extensão Universitária. 2. Impacto na
Transformação Social. 3. Dialogicidade. 4.
Participação. 5. Emancipação. I. Gómez de Sousa,
Antônio Cláudio , orient. II. Título.

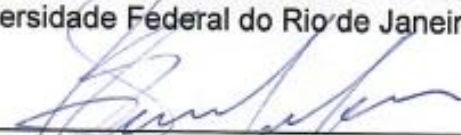
**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INDICADORES PARA AVALIAR SEU IMPACTO
NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

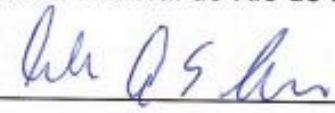
Aprovada em:



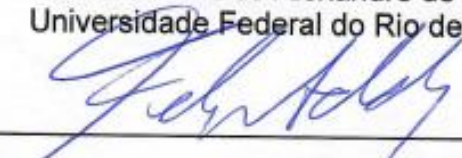
Prof. Dr. Antônio Cláudio Gómez de Sousa - Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)




Prof. Dr. Fabio Luiz Zamberlan
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Prof. Dr. Celso Alexandre de Souza Alvear
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Prof. Dr. Felipe Addor
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Prof. Dr. Flávio Chedid Henriques
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**RIO DE JANEIRO
OUTUBRO 2019**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof^o Antonio Claudio, pelos ensinamentos, pela acolhida, o companheirismo e respeito. Não fui só orientada, conquistei um amigo.

Ao meu amigo Ricardo Julian, pois serei eternamente agradecida por me incentivar a conhecer o NIDES, assistir aulas como ouvinte e ingressar neste Mestrado. Sempre me apoiando. Muito obrigada.

Ao meu marido e minha filha por compreenderem minhas ausências do convívio familiar, me apoiarem fortemente com tarefas que em nossa divisão cotidiana seriam minhas e pelo carinho e amor de sempre.

À minha mãe Marli e meu pai Armando por cultivarem em minha criação o valor da Educação e a demonstração de satisfação e orgulho em todas as minhas conquistas em minha formação, principalmente nesta fase.

Aos professores Felipe, Flávio, Celso, Sidney, Thiollent, Paulo Maia e Cubero por me ajudarem a compreender a importância de uma Educação desenvolvida em bases teóricas críticas e de uma Extensão Universitária com princípios de empatia, inclusiva e libertadora.

Às minhas grandes amigas Rose, Jucielly e Andrea, companheiras de orientação, pelas contribuições e presença, representando meus colegas das turmas 2016 e 2017.

Por fim, agradeço a minha muito querida Dona Carmem e ao amigo Ulisses, companheiros de LEDAV, pela atenção e preocupação constante sobre o andamento da minha dissertação. Também representando todos os membros do Laboratório.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo desse trabalho é propor indicadores para a avaliação da quinta diretriz para as ações de Extensão Universitária definida pelo FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras), impacto na transformação social. Com a finalidade de alcançar esse objetivo foram avaliados três projetos de extensão da UFRJ e estabelecidas categorias para o embasamento dos indicadores de avaliação. Esses objetivos colocam a questão a ser respondida por este projeto: Como estabelecer indicadores e suas respectivas categorias para a avaliação da quinta diretriz da Extensão Universitária "Impacto na Transformação Social"? A motivação para a escolha do tema, em primeiro lugar, deve-se à minha prática como pesquisadora, funcionária técnico-administrativa há 32 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, minha percepção de que a extensão Universitária é um dos espaços de atuação em que a Universidade Pública cumpre seu papel social. Pretendi contribuir para a análise dos Projetos de Extensão Universitária quanto a sua eficácia no fortalecimento do diálogo entre a Academia e a Comunidade externa à Universidade nos aspectos de transformação para a ação de grupos sociais menos favorecidos e excluídos. Para buscar respostas para a pergunta apresentada e para ampliar minha visão sobre o assunto do trabalho, optei por realizar uma pesquisa social participante. A observação se fez a partir da inclusão da pesquisadora nas atividades dos projetos estudados de forma a preservar sua participação e troca no campo com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e o planejamento de futuras ações. Desde essa observação, os quadros da vida dos participantes foram vistos, sentidos, descritos, reconstruídos e apresentados à interpretação através da utilização das ferramentas de entrevistas e narrativas para coleta de dados e para a análise dos dados optei pela metodologia de análise de conteúdo. Os indicadores estabelecidos para a avaliação proposta foram a dialogicidade, participação e emancipação, obtidos através da valorização de uma base teórica, em acordo com os autores estudados. Potencializado pelos conceitos dos indicadores definidos estabeleci suas respectivas categorias originadas de um trabalho empírico.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Impacto na Transformação Social. Dialogicidade. Participação. Emancipação.

ABSTRACT

The objective of this paper is to propose indicators for the evaluation of the fifth guideline for University Extension actions defined by FORPROEX (Forum of Extension Dean of Brazilian Universities), impact on social transformation. In order to achieve this objective, three UFRJ extension projects were evaluated and categories were established to support the evaluation indicators. These objectives pose the question to be answered by this project: How to establish indicators and their respective categories for the evaluation of the fifth guideline of the University Extension "Impact on Social Transformation"? The motivation for choosing the topic, in the first place, is due to my practice as a researcher, a technical-administrative employee for thirty- two years at the Federal University of Rio de Janeiro. Secondly, my perception that University extension is one of the spaces in which the Public University fulfills its social role. I intended to contribute to the analysis of University Extension Projects as to their effectiveness in strengthening the dialogue between the Academy and the Community outside the University in the aspects of transformation for the action of disadvantaged and excluded social groups. To seek answers to the question presented and to broaden my view on the subject of work, I chose to conduct a participatory social survey. The observation was made from the inclusion of the researcher in the activities of the projects studied in order to preserve their participation and exchange in the field in order to contribute to the development and planning of future actions. From this observation, the participants' life pictures were seen, felt, described, reconstructed and presented to interpretation through the use of interview and narrative tools for data collection and data analysis, I opted for the content analysis methodology. The indicators established for the proposed evaluation were dialogicity, participation and emancipation, obtained through the valorization of a theoretical basis, in agreement with the studied authors. Empowered by the concepts of the defined indicators I established their respective categories originated from an empirical work.

Keywords: University Extension. Impact on Social Transformation. Dialogicity. Participation. Emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Primeira turma de alfabetização do Projeto – 2005 (Acervo do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, 2005).....32
- Figura 2** – Atividade Extra Classe – Visita à Cidade Histórica de Petrópolis/RJ (Acervo do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, 2017).....32
- Figuras 3/4/5** - Visita ao Museu da Maré e Confecção pelos alunos da maquete “Comunidade dos Sonhos” (Acervo do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, 2017).....33
- Figura 6** – Aula nas dependências do LlpE (Acervo do Projeto de Formação Continuada de Professores).....35
- Figura 7** – Atividade da Equipe do LlpE em Laboratório de Informática de uma Escola Pública (Acervo do Projeto de Formação Continuada de Professores).....36
- Figura 8** – Atividade da Equipe do LlpE em Laboratório de Informática de uma Escola Pública (Acervo do Projeto de Formação Continuada de Professores).....37
- Figura 9** – Atividade do Projeto (Acervo do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público).....39
- Figura 10** – Atividade do Projeto (Acervo do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público).....39
- Figura 11** – Atividade do Projeto (Acervo do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público).....40

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº5

COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia

CT – Centro de Tecnologia

DHAP – Direitos Humanos para o Atendimento ao Público

EaD – Educação à Distância

IFES – Instituição Federal de Educação Superior

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão

LEDAV – Laboratório de Ensaio Dinâmicos e Análise de Vibração

LlpE – Laboratório de Informática para a Educação

NIDES – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

PR5 – Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ

RCC – Requisitos Curriculares Complementares

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projetos de Extensão e respectivas Instituições UFRJ.....	30
Tabela 2: Cronograma de Ações.....	31
Tabela 3: Categorias obtidas a partir dos Indicadores definidos segundo a teoria.	59
Tabela 4: Perguntas roteiro e respectivos Indicadores analisados.....	60
Tabela 5: Indicadores e respectivas Categorias de Avaliação	65
Tabela 6: Avaliação do Indicador Dialogicidade.....	67
Tabela 7: Avaliação do Indicador Participação.....	70
Tabela 8: Avaliação do Indicador Emancipação.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA.....	19
1.1 Pesquisa Social.....	21
1.2 Observação Participante.....	22
1.2.1 Entrevistas.....	25
1.2.2 Narrativas.....	26
1.3 Análise de Conteúdo.....	27
CAPÍTULO 2 ENTRANDO NO CAMPO.....	30
2.1 Projeto 1 - Letramento de Jovens e Adultos.....	31
2.2 Projeto 2 - Curso de Formação Continuada de Professores com foco na Produção de Atividades Educacionais dos Laboratórios de Informática das Escolas Públicas e do LpE.....	34
2.3 Projeto 3 - Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público....	37
CAPÍTULO 3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	41
3.1 Conceito.....	41
3.2 Diretrizes.....	42
3.3 Histórico.....	43
3.4 A Extensão como fortalecedora do Papel Social da Universidade Pública.....	45
3.5 Avaliação do Impacto na Transformação Social.....	49
3.5.1 Indicador Dialogicidade.....	52
3.5.2 Indicador Participação.....	54
3.5.3 Indicador Emancipação.....	55

CAPÍTULO 4 RESULTADOS DA PESQUISA: CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO.....	57
4.1 Primeiro Processo de Inferência: Pré-Análise de Dados.....	58
4.2 Segundo Processo de Inferência: Categorização.....	60
4.3 Terceiro Processo de Inferência: Análise da Categorização dos Indicadores.....	61
4.3.1 Análise das Categorias do Indicador Dialogicidade.....	61
4.3.2 Análise das Categorias do Indicador Participação.....	63
4.3.3 Análise das Categorias do Indicador Emancipação.....	64
4.3.4 Determinando Categorias de Avaliação.....	65
4.4 Produto: Avaliando os Projetos.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
APÊNDICE A.....	85
APÊNDICE B.....	89
APÊNDICE C.....	92
APÊNDICE D.....	96
APÊNDICE E.....	97

INTRODUÇÃO

Foram significativas as razões que me fizeram estruturar, planejar e executar esta pesquisa com o intuito maior de pensar o papel social da Universidade Pública. A motivação para a escolha do tema, em primeiro lugar, deve-se à minha prática como pesquisadora, funcionária técnico-administrativa há 32 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduada em Pedagogia, tendo por base as palavras de Minayo:

Como dizia o sociólogo Wright Mills (1972) os pensadores mais admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas, encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento de outra (MINAYO, 2009, p. 32).

Em segundo lugar, minha percepção de que a extensão Universitária é um dos espaços de atuação em que a Universidade Pública fortalece seu papel social. A justificativa de minha escolha pelo tema também é resultado de uma reflexão de que a avaliação da diretriz “Impacto na Transformação Social”, dentre as diretrizes estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012), certamente é central para a avaliação dessa atuação.

Contextualizando a pesquisa, percebi a possibilidade de ressaltar a Extensão Universitária como núcleo central de promoção do papel social da Universidade Pública, associada às atividades de ensino e pesquisa, revestida de características como criatividade, democratização de ações e relações, com objetivos de caráter emancipatório e de ações políticas integrando a Universidade a grupos sociais, buscando soluções próprias dentro de suas realidades.

Minha pesquisa está no contexto da discussão sobre a necessidade de avaliarmos efetivamente o retorno dessas ações de extensão no que tange aos resultados efetivos de transformação de uma dada realidade. Destaco que o objetivo deve ser de obtermos uma ferramenta que nos proporcione análises profundas sobre ações extensionistas no que concerne a metodologias empregadas com o intuito de melhoria de nossas intervenções. Lembrando que ao falar de intervenção

me refiro a práticas baseadas em diálogo e respeito aos contextos e respectivos históricos dos grupos a que se destinam as ações.

Pretendo demonstrar como foi construído um método de avaliação como processo contínuo e formativo baseado em indicadores e suas respectivas categorias. Enfim, identificar caminhos e propostas mobilizadoras para ações concretas de determinados grupos em busca de sua autonomia, grupos excluídos de seus direitos básicos de cidadania e participação.

O título desta pesquisa, "Extensão Universitária: Indicadores para Avaliar seu Impacto na Transformação Social", e as temáticas que necessitam ser analisadas para o embasamento deste estudo, como o papel social da Universidade Pública e a Gestão Social de Projetos, surgiram no decorrer de meu curso de mestrado como forma de aprofundar o tema do impacto dos projetos de extensão na sociedade para todo e qualquer projeto que tenha como objetivo a participação do grupo a que se destina. Tanto no que diz respeito à promoção de novas possibilidades de atuação em seus territórios e contextos, quanto no que diz respeito ao desenvolvimento político como gerador de atuação e emancipação.

Em parte de minha trajetória profissional e na realização de meu processo de pós-graduação no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), pude perceber a importância das metodologias a serem empregadas nas ações de extensão. Assim, busquei acompanhar o trabalho realizado no Projeto Letramento como um dos membros da Coordenação e observar outros dois projetos escolhidos segundo sua maturidade e a experiência de seus membros.

Ressalto ainda que o curso me conscientizou de que a Extensão Universitária é o caminho de profundas mudanças no fazer acadêmico, principalmente na utilização de metodologias participativas de ensino e aprendizagem, assim como no desenvolvimento e divulgação de conhecimentos provenientes da função de pesquisa em uma Instituição Pública de Educação.

A Extensão Universitária deve ser um espaço de atuação da Universidade Pública na construção de uma sociedade em que todos se apoderem da liberdade, da humanização e da consciência crítica. Um espaço que promova a emancipação do trabalho e da capacidade de produzir conhecimentos e ferramentas que sirvam à finalidade de emancipação humana. Que contribua com processos educativos que

formem profissionais qualificados, com competência técnica para intervir na realidade no sentido da melhoria da vida em sociedade e estimule a inserção profissional em contextos que promovam o ser humano.

Segundo o documento “Política Nacional de Extensão Universitária”, FORPROEX (2012), para a elaboração, planejamento e implementação das ações de extensão estas devem ser orientadas pelas seguintes diretrizes:

- 1 - Interação Dialógica
- 2 - Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade
- 3 - Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão
- 4 - Impacto na formação do estudante
- 5 - Impacto na transformação social

O objetivo desse trabalho é propor indicadores para a avaliação da quinta diretriz, impacto na transformação social de Projetos de Extensão. Com a finalidade de alcançar esse objetivo foram avaliados três projetos de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estabelecidas categorias para o embasamento dos indicadores de avaliação.

Esses objetivos colocam a questão a ser respondida por este projeto: Como estabelecer indicadores e suas respectivas categorias para a avaliação da quinta diretriz da Extensão Universitária "Impacto na Transformação Social"?

O que pretendi foi dispor de dados válidos e confiáveis para uma análise quanto aos efeitos produzidos pelas ações de projetos de extensão em um dado grupo, no sentido de orientar a tomada de decisões baseadas em indicadores, a saber: Dialogicidade, Participação e Emancipação. Estes indicadores foram obtidos através da valorização de uma base teórica, em acordo com os autores estudados. Potencializada pelos conceitos de dialogicidade, participação e emancipação estabeleci categorias originadas de um trabalho empírico apoiadas pela teoria acerca de seus respectivos indicadores. A proposta é a de que esses indicadores possam proporcionar a elaboração de metodologias fundamentadas em conceitos

como processos contínuos de avaliação, de contextualização e inclusão de uma pluralidade de atores sociais.

Dessa forma, na definição de indicadores, persegui o conceito de práxis construído por Paulo Freire: "Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo" (FREIRE, 2016, p. 133). Uma prática desenvolvida através da dialogicidade que perceba a necessidade de desenvolver ações que sejam permeadas pela interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre as atividades de ensino, de pesquisa e, certamente, de extensão, impactando diretamente na formação dos atores pesquisadores, atores alunos ou atores da comunidade ou grupo a que se destina o projeto.

Ainda falando sobre elaboração de indicadores de avaliação da quinta diretriz de extensão, analisei como a participação tem mudado no desenvolvimento de suas práticas. É notório que os projetos de extensão universitária têm passado por transformações significativas em suas metodologias, sobretudo, segundo Paula (2013), a partir dos anos 1980, no início da luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais. Todas essas mudanças produziram uma avalanche de ações, exigindo da academia uma nova maneira de desenvolver a extensão, impondo um grande desafio às universidades: pensar metodologias que promovessem a formação de pessoas que soubessem desenvolver a práxis e transformá-la em conhecimento. Desta forma, Thiollent (2003) adverte:

Essas importantes questões metodológicas dizem respeito a sistematização de modelos e quadros de referência da extensão, incluindo as condições de aplicação do conhecimento, o intercâmbio entre saberes diferentes, as abordagens da comunicação e linguagem, o lugar da metodologia participativa, da pesquisa-ação, do mapeamento cognitivo e da projeção (p. 13).

Thiollent nos aponta possíveis caminhos que possam construir uma formação humana constituída pelo desenvolvimento da autonomia, da consciência crítica, assim como a emancipação. Dessa forma, ao pretendermos buscar ações transformadoras, a extensão deve ser desenvolvida através de metodologias que levem em conta aspectos sociais, culturais e econômicos e a possível e conseqüente transformação e emancipação de um dado grupo através de um

processo de construção do conhecimento científico. De outro modo, o desenvolvimento da produção do conhecimento, em sua forma tradicional, contribuiria para que as desigualdades se acentuassem, pois, as responsabilidades da comunidade universitária se afastariam cada vez mais dos problemas sociais, reforçando as diferenças entre classes ao separar a teoria da prática, o sujeito do objeto, a ciência e a política, o homem da natureza (BORDA, 1978).

Um terceiro conceito explica a transformação social: a emancipação. Nesse sentido, em seu escrito sobre “Ensinar a Condição Humana”, Morin (2011) identificou o circuito indivíduo-sociedade-espécie como um propósito ético e político. Segundo o autor, “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (2011, p. 49), ou seja, a possibilidade de sua emancipação.

Apresento nos parágrafos subsequentes a proposta de estrutura textual da dissertação que se desenvolve nos seguintes Capítulos:

No Capítulo 1 apresento o planejamento e desenvolvimento da pesquisa de campo e bibliográfica, onde defini as metodologias que orientaram essa pesquisa. Também demonstro a forma de aplicação dos seguintes instrumentos de pesquisa de campo: observação participante, entrevistas e narrativas.

O Capítulo 2 contém informações sobre os Projetos estudados quanto as suas questões de planejamento e desenvolvimento, assim como as metodologias empregadas.

O Capítulo 3 foi desenvolvido a partir dos referenciais teóricos sobre o conceito de Extensão Universitária e suas diretrizes. Procurei, também, fazer uma abordagem de ideias de autores que favoreceram o debate sobre a Gestão Social de Projetos, Avaliação e o estabelecimento de seus indicadores.

No Capítulo 4 apresento os resultados da pesquisa, bem como a descrição e análise desses resultados obtidos na aplicação de cada um dos instrumentos estabelecidos.

Finalmente, nas considerações finais da pesquisa espero abrir caminhos para a discussão acerca da relação entre a extensão e a promoção de impacto nas transformações sociais.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

Para atender os objetivos da pesquisa, buscar resposta à pergunta apresentada e para ampliar a minha visão sobre o assunto do trabalho, optei por realizar uma pesquisa social participante sobre projetos atuais. Em termos metodológicos, para dar suporte ao argumento da dissertação, foi realizada uma pesquisa de campo, com ênfase nas metodologias aplicadas nas atividades dos projetos de extensão. A observação se fez a partir da minha inclusão nas atividades dos projetos estudados de forma a preservar a participação e troca no campo com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e o planejamento de futuras ações. Desde essa observação, os quadros da vida dos participantes foram vistos, sentidos, descritos, reconstruídos e apresentados à interpretação

Nessa perspectiva, pode-se considerar esta pesquisa, também, como informativa a partir do momento em que ela busca dados, sua análise e a verificação de categorias favoráveis, bem como indicadores no contexto de desenvolvimento de atividades de extensão de três projetos da UFRJ. Estes projetos se apresentaram como uma amostragem constituída por grupos sociais definidos preliminarmente.

A escolha dos projetos não se deu de forma aleatória. Na seleção dos projetos foram levadas em consideração suas características como contexto de atuação, nível de maturação, semelhanças e diferenças e a relevância para a discussão do problema, bem como, a acolhida à pesquisadora.

Quanto ao meio de obtenção e análise de dados, a presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa. Entende-se que esta pesquisa buscou esclarecer as percepções dos professores, técnicos administrativos e alunos envolvidos nos projetos de extensão, bem como os atores dos contextos a serem contemplados pelas ações extensionistas.

O tratamento do material nos conduz a uma busca da lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador. Ou seja, análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (MINAYO, 2009, p. 27).

A pesquisa bibliográfica constituiu a base deste trabalho e foi o suporte para a realização da pesquisa de campo. Esta pesquisa foi realizada, além da bibliografia referente, através de coleta de dados sobre os projetos, análise documental, levantamento histórico, leis, portarias, decretos, assim como, no site da UFRJ.

Ao final, foi realizada a aplicação de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE D) e do método de narrativas (APÊNDICE E), centralizados no problema, através da análise de experiências e biografias, desenvolvidas como uma Pesquisa de Campo Participativa. Essa coleta de dados foi realizada com pessoas que participam atualmente dos Projetos de Extensão da UFRJ. As entrevistas foram aplicadas em um grupo composto pelos coordenadores, pesquisadores e alunos da UFRJ que compõem as equipes dos projetos. As narrativas foram trabalhadas através da participação dos membros dos grupos do público alvo das ações extensionistas. Os dados foram levantados através dessas ferramentas citadas acima, ou seja, entrevistas e narrativas, pela utilização de questões abertas e direcionadas para as hipóteses, informativas e gerativas.

As razões que sustentam as escolhas das metodologias descritas se baseiam em razões de ordem pessoal quando da escolha da abertura para narrativas sobre as quais os atores envolvidos tenham “voz e vez” de expressarem seus anseios e limitações; de ordem prática quando pretendemos atender demandas sociais com objetivos de transformação; de ordem acadêmica quando temos como pretensão contribuir, entendendo que: “O ciclo da pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” (MINAYO, 2009, p. 27).

Para o tratamento dos dados coletados optei pelos princípios do método de análise de conteúdo que segundo BARDIN (2016, p. 38) compreende “...conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Mas, que segue o direcionamento de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, resultando em respostas cognitivas, afetivas, valorativas e históricas.

Inicialmente, a análise e tratamento de dados se basearam em conceitos e seus derivados que sustentaram a elaboração da entrevista semiestruturada e do método de narrativa, definidas como ferramentas de coleta de dados desta

pesquisa. Conceitos estes a saber: Dialogicidade, Troca de Saberes, Participação, Metodologias Participativas, Formação Humana e Transformação Social.

1.1 Pesquisa Social

Como já dito anteriormente, a metodologia empregada no desenvolvimento desse trabalho foi baseada nos princípios da pesquisa social. Esse tipo de pesquisa determinado não tem a pretensão de se apresentar como verdade absoluta na construção de conhecimento, mas sim de contribuir para o desvelamento da realidade como forma de compreendê-la através do olhar do outro.

De acordo com Minayo (2009) a pesquisa social se caracteriza como a cientificidade desenvolvida por um pesquisador que é um agente na realidade analisada, subjetiva, campo ao mesmo tempo específico e diferenciado, assim como “fundada numa partilha de princípios e não de procedimentos” (p. 11). Dessa forma, o que preserva esse trabalho como ciência é o caráter abstrato de suas análises.

Entendo que, apesar de propor um modelo a ser seguido, esta discussão produz uma especificidade da realidade estudada. Neste sentido, segundo Minayo (2009):

E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, revestem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído (p. 12).

Entendo que, ao buscar avaliar as transformações sociais dos grupos a que se destinam os projetos de extensão, estou tentando compreender a passagem de uma situação dada para uma possível situação trabalhada e alcançada de forma coletiva. Desse modo, está dado o objeto característico de uma pesquisa social.

Minayo destaca que nas Ciências Sociais “existe uma identidade entre sujeito e objeto”. Essa autora reforça sua afirmação através das palavras de Lévy-Strauss (apud Minayo, 2009) quando afirma: “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação” (p. 13).

Compreendo que esse trabalho tem um caráter de pesquisa social e, desse modo, as metodologias aplicadas para seu desenvolvimento, por escolha e forte tendência, se estabelecem em bases de métodos qualitativos. Pesquisa social como sinônimo de criatividade, tratamento do real e percepção das especificidades.

De acordo com o objetivo dessa dissertação, observei que para desenvolver o conhecimento a respeito do tema escolhido precisaria me debruçar em questões como as práticas aplicadas nos projetos de extensão, assim como, a experiência dos indivíduos que atuam nas realidades referentes. Assim, após pesquisa teórica, decidi trabalhar sob uma metodologia que tivesse condições de me dar categorias que não podem ser quantificadas. “Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21).

A escolha da metodologia, impregnada pela minha visão de mundo, teve como finalidade real a busca da compreensão das relações existentes no objeto de estudo através do estabelecimento de conceitos base que procuraram dar conta do envolvimento do ser humano nas questões e definições do que seja a atividade de extensão universitária. Para uma melhor compreensão, utilizei as informações teóricas de Minayo (2009) que assim esclarece:

Marx já afirmava que a ciência se apropria da totalidade do social pelo pensamento, por abstrações conceituais que se debruçam sobre o concreto, Weber postulava que a ciência social não trabalha com as conexões reais entre as coisas, mas com conexões conceituais entre problemas e Durkheim, que, assim como Marx, lembrava a importância de realizar uma ruptura com o senso comum, com as percepções imediatas (p. 33).

Enfim, um trabalho desenvolvido através de pesquisa social comprovada pela minha interação com o grupo envolvido. Interação promovida, incentivada e preservada pelo conhecimento empírico.

1.2 Observação Participante

Como pesquisa social optei por desenvolver essa pesquisa através da metodologia de observação participante por esta me oferecer trabalhar pelo desenvolvimento da práxis e pelo atendimento da complexidade ofertada quando se

compromete com questões sociais. Nesse sentido, essa forma de abordagem da questão de pesquisa atende ao objetivo proposto para essa dissertação.

De acordo com Brandão (1985, p. 12) "quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe da sua vida, de sua cultura". Deduz-se que, dessa forma, durante a realização do trabalho, o pesquisador mantenha resguardada a participação de todo grupo envolvido.

A definição de observação participante nos aponta que, de outra forma, a pesquisa vira um levantamento de dados sem rostos, sem cultura, sem história. O pesquisador ao participar diretamente de ações com as comunidades definidas também se encontra em condições de colocar seus conhecimentos e dados a serviço da qualidade política daquele dado grupo.

Ao objetivar contribuir para a avaliação de "Impacto na Transformação Social", busquei a aplicação de uma metodologia de pesquisa em que seu paradigma se estabeleça "...na idéia de que o conhecimento para a transformação social não se radicava na formação libertadora da consciência, mas na prática dessa consciência" (Fals Borda, 1978). Assim, na prática, desenvolver ações relevantes para o alcance dos objetivos dessa pesquisa e a reflexão, planejamento e desenvolvimento da consciência coletiva do grupo estudado.

Nesse âmbito, o que se procura é uma metodologia que promova subsídios de desenvolvimento de conhecimento e participação de grupos minoritários. A participação permitindo a realização de um trabalho de pesquisa, bem como a inserção de propostas desses grupos minoritários com uma perspectiva de transformação de relações e ações.

Nesse sentido, seria possível dizer que a heterogeneidade presente nesses estilos de trabalho refletem, acima de tudo, as possibilidades de ação junto a setores populares dentro de limites social e politicamente restritos, com vistas a elevar os níveis de consciência e apoiar o fortalecimento organizativo (BRANDÃO, 1985, p. 46).

Essa análise me exigiu uma postura de pensar intervenções e ações que possibilitassem a compreensão do universo da extensão aplicado ao mundo do outro. O percurso foi pensado e estruturado com o objetivo de reduzir a distância entre eu e as pessoas envolvidas, ou seja, comunidades como objeto de estudo.

A técnica de observação participante foi priorizada no desenvolvimento dessa pesquisa com o objetivo de estar em contato direto com o grupo envolvido dentro de seu contexto. Buscando atender a forma de atuação no campo acima definida, estabeleci ações segundo a definição de Minayo de que o pesquisador ao desenvolver esta técnica se encontra em diferentes situações: “Num pólo, temos a sua participação plena ... Noutro,...,tendo como prioridade somente a observação” (2009, p. 60).

A possibilidade, ao adotar a observação participante como metodologia de coleta de dados, de abordar e valorizar o ponto de vista do outro, seus valores, suas crenças, significados e experiências, me mostrou que dessa forma poderiam ser atendidos os objetivos da pesquisa e, também, os meus anseios como pesquisadora. Foi possibilitado a observação e o ouvir o outro, a minha participação conjunta com os atores envolvidos e o aprendizado de todo o grupo, ou seja, pesquisadores e pessoas referenciadas como público alvo. Assim, a aplicação da técnica de observação participante, segundo Marcon (2000), “representa o meio adequado quando o objetivo é obter o máximo de conhecimento sobre determinado fenômeno ou situação, a partir da perspectiva de outros” (p. 646).

Nesse estudo a observação participante foi conjugada a outras técnicas, como entrevistas e narrativas. Entrevistas foram realizadas com o intuito de aprofundar questões apresentadas durante a observação e as narrativas serviram para a efetividade do ouvir a fala dos investigados. Assim, na conjugação dessas técnicas criou-se um ambiente favorável à interatividade, participação conjunta e à percepção de significados, representações, relações, valores e símbolos.

Ainda no tocante as ferramentas utilizadas como coleta de dados, ao analisar as falas provenientes das entrevistas semiestruturadas e das narrativas observou-se que estas formas de abordagem contribuem para a reflexão dos próprios interlocutores sobre suas ações. Assim, possuem uma natureza inclusiva, busca sentimentos, crenças e valores, assim como, um caráter formativo.

1.2.1 Entrevistas

As entrevistas, nesse estudo, foram aplicadas com os pesquisadores dos projetos com a finalidade de coleta de dados. Elas foram abertas e não estruturadas, de forma que as repostas dos entrevistados fossem livres e não limitadas.

A escolha dessa técnica deveu-se a sua natureza inclusiva, pois garante a participação das pessoas sob condições diversas, dando flexibilidade para respostas e alcance de informações complexas. Além disso, segundo Ribeiro (2008), estabelece “uma inter-relação entre entrevistador-entrevistado para que se crie um vínculo e grau de confiabilidade, resultando em dados fidedignos para a pesquisa” (p. 3).

A entrevista é a ferramenta que pode possibilitar a busca dos sentimentos, crenças e valores dos indivíduos, podendo alcançar a contextualização do comportamento dos sujeitos. Ou seja, significa que podemos ir além do que aparentemente se apresenta.

Segundo Romanelli (apud Ribeiro 1998, p. 125-126):

A entrevista é uma relação didática, que cria uma forma de sociabilidade específica, limitada no tempo, sem continuidade, em que, inicialmente, os parceiros da díade se defrontam como estranhos, pautados por uma alteridade que aparentemente não admite o encontro e que deve ser superada para que a matéria prima do conhecimento possa ser produzida durante esse encontro que transforma estranhos em parceiros de troca.

De acordo com alguns autores, na entrevista o entrevistador deve ficar atento aos limites como forma de respeito à identidade dos entrevistados, criando, assim, um ambiente favorável a interação. Esta interação estabelecida através do diálogo entre entrevistador-entrevistado.

“A técnica da entrevista é extremamente útil e complementar à observação participante” (RIBEIRO, 2008, p. 19). Necessitando, por parte do entrevistador, habilidade para analisar os dados, levando em consideração ser uma ação realizada em um ambiente subjetivo.

1.2.2 Narrativas

A técnica de narrativas foi considerada para coleta de dados entre o público alvo dos projetos de extensão por ter um caráter formativo na medida em que tem como objetivo compreender os contextos em que os indivíduos vivem. Essa compreensão de contextos possibilita identificar fatores que produzem mudanças e motivações de ações dos atores envolvidos.

Segundo Nunes *et al* (2017) "o estudo por meio de narrativas permite ir além da transmissão de informações, pois consegue capturar as tensões do entrevistado, fazendo com que a experiência seja revelada" (p. 17). Dessa forma, podemos alcançar a visão dos informantes sobre o que são questionados.

Prezei pela aplicação de narrativas, pois se quero medir transformação não podia me posicionar somente como observadora e sim como aquela que busca valores dos indivíduos, se colocando a serviço daquele coletivo. Realizar pesquisa através de uma filosofia humanista que leve em conta emoções, prazer, esperança, criatividade, vida e luta.

Visto desta forma, Muylaert *et al* (2014), afirma que:

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade de aspectos específicos a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional (p. 194).

Nesse sentido, há no emprego de narrativas importantes características participativas como a colaboração, a interação, a troca, o diálogo entre pesquisador e participantes. Dessa forma, como Benjamin (1975) defende, o sujeito está dentro e tomado pelas situações estudadas e não distante do relato, quando o pesquisador adquire uma postura objetiva, descritiva e observacional.

De acordo com Muylaert *et al*, através da linguagem, a narrativa passa a fazer sentido para o outro. "Sendo assim, a narrativa é fundamental para a construção da noção de coletivo" (MUYLAERT, 2014. p. 194).

A análise de dados coletados através de narrativas não pode ser realizada através de julgamentos como verdadeiro ou falso, pois são interpretações de indivíduos ou grupos em determinado tempo, território e contexto social. Com isso,

pretendemos obter a compreensão dos contextos estudados, buscando fatores que podem contribuir para mudanças nas ações e posicionamentos individuais e, principalmente, coletivas.

Muylaert *et al* (2014) complementa que através de narrativas, observa-se que,

a investigação possibilita o não condicionamento das respostas, o que propicia para o sujeito da pesquisa a construção gradativa de uma história com tendências próprias, em que os conteúdos implícitos e os não ditos, possam emergir com maior naturalidade e comprometimento com a realidade cotidiana (p. 197).

Dessa forma, as narrativas se apresentam como técnica de pesquisa ao mesmo tempo que criam um ambiente em que os indivíduos refletem sobre si, construindo significações que podem motivar ações transformadoras.

1.3 Análise de Conteúdo

Os dados obtidos foram analisados segundo a metodologia de análise de conteúdo. Esta proposta busca identificar o que está além das aparências, tentando se afastar de dados espontâneos e aparentes, ou seja, falas sem história; sem cultura; sem sentimentos; sem crenças e sem valores.

Fazer uma análise de conteúdo, portanto, consiste em perceber o sentido da expressão obtida cuja presença ou ausência signifique algo para a pesquisa referente. A definição do conteúdo está diretamente relacionada a uma palavra ou frase, representando uma unidade semântica e o contexto referente.

No presente projeto, a metodologia empregada para análise de dados se baseou no levantamento de categorias a partir de duas bases. Na primeira as categorias foram obtidas a partir dos indicadores definidos e discutidos no Capítulo 3, a dialogicidade, a participação e a emancipação. Na segunda foram obtidas a partir das falas coletadas através das entrevistas e narrativas.

A primeira base foi obtida em um processo dialógico, participativo e emancipatório.

Dialogicidade que segundo Freire, 2005, é conceituada como:

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito (p. 91).

Participação, segundo Baldisera, 2001:

...é uma atividade em cujo processo estão envolvidos os pesquisadores como os destinatários do projeto, que não são considerados objetos de pesquisa, mas sujeitos ativos que contribuem no conhecer e no transformar a realidade em que estão inseridos (p. 8).

e Emancipação, em Marx apud Jardim, 2011:

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (p. 37).

A segunda base foi obtida por um processo de inferências sobre as falas coletadas, que consiste, segundo Bardin (2016), em uma técnica que se desenvolve dando ênfase à “comunicação como processo e não como dado” (p. 217). Afirma ainda que é uma técnica que tem como vantagens ser acessível, maleável, manejável e que é muito bem aplicada em pesquisas que utilizam entrevistas não diretivas. Por este processo de inferência, as categorias obtidas na primeira fase foram aplicadas às falas, iniciando-se um processo de avaliação das categorias a partir da empiria.

A análise de inferências também é muito bem aplicada sobre narrativas, ou seja, em qualquer produção de dados que prezem pela fala natural, real e representativa do grupo trabalhado, dando sentido ao processo de análise de dados desta pesquisa. Na aplicação desta técnica, Bardin (2016) afirma que não devemos nos render a compreensões espontâneas e superficiais, buscando compreender para além dos significados imediatos das falas e fatos sociais. “É ainda dizer não à leitura do real, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios e aceitar o caráter provisório de hipóteses...” (p. 34)

Na operacionalização da metodologia, a análise de conteúdo constou de três etapas: Pré-Análise de Dados, Categorização e Análise da Categorização dos Indicadores.

A Pré-Análise de Dados consistiu na obtenção de categorias, que compõem a base para a análise, através da teoria e da empiria, em “uma passagem incessante do corpo teórico, que se enriquece ou se transforma progressivamente, para as técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, quadros, matrizes, modelos)” (BARDIN, 2016, p. 36).

A Categorização consistiu em um processo que se desenvolveu desde a fase em que BARDIN (2016) denomina de “pré-análise” até à fase de “referenciação dos índices”, ou seja, “foram aplicadas as categorias” nas manifestações contidas nas entrevistas e narrativas, considerando os indicadores propostos.

Por fim, analisei a categorização dos Indicadores, levando em consideração as características desejáveis para a mesma, a saber:

- Exclusão mútua: cada elemento (de fala) não pode ser classificado em duas categorias. No caso da presente pesquisa, observou-se que, dada suas definições, esta característica seria mais efetiva se cada fala pudesse ser classificada em mais de uma categoria e em mais de um indicador;
- Homogeneidade: todas as categorias devem pertencer ao mesmo nível de análise;
- Pertinência: uma categoria deve pertencer ao quadro teórico definido;
- Objetividade e fidelidade: as classes devem ser as mesmas para toda parte das falas examinadas;
- Produtividade: as categorias devem dar base a resultados férteis para a análise.

Desta forma, o tratamento dos dados obtidos consistiu em interpretações, inferências e categorizações das falas coletadas durante a prática no trabalho de campo.

CAPÍTULO 2

ENTRANDO NO CAMPO

Como definido nos objetivos específicos da pesquisa, o trabalho de campo se constituiu na observação de três projetos de extensão da UFRJ, conforme Tabela 1 a seguir:

Projetos Analisados	Instituição UFRJ
Projeto 1 - Letramento de Jovens e Adultos	COPPE/Centro de Tecnologia
Projeto 2 - Curso de Formação continuada de professores com foco na produção de atividades educacionais a serem desenvolvidas nas dependências dos laboratórios de informática das escolas públicas e do LIpE	LIpE-NIDES/Centro de Tecnologia
Projeto 3 - Formação em Direitos Humanos para o atendimento ao público	DHAP/PR5

Tabela 1: Projetos de Extensão e respectivas Instituições UFRJ

No Projeto Letramento/Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) a mestranda já atua como Pesquisadora, participando ativamente das atividades pedagógicas em desenvolvimento e no planejamento de futuras ações. Esta forma de participação poderia ser considerada um problema no alcance de uma análise imparcial, mas, como pesquisa social, este trabalho pretende se desenvolver em bases participativas, dando voz a todos os envolvidos. Ou seja, trabalhar com “a identidade entre o sujeito e o objeto da investigação” (MINAYO, 2009, p.41).

Quanto ao Projeto Formação em Direitos Humanos para o atendimento ao público e do Laboratório de Informática para a Educação (LIpE), pretendi participar desenvolvendo uma coleta de dados em seus aspectos históricos e de funcionalidade destes através de pesquisa documental e pesquisa de campo utilizando observação, entrevistas e o emprego do método de narrativas.

Assim, apresentamos o cronograma de ações planejadas para a realização desta pesquisa:

1	Preparação e Aplicação de Coleta de Dados (Entrevistas e Narrativas) através de Pesquisa de Campo Participativa no Projeto 1 A partir de Março/2018
2	Preparação e Aplicação de Coleta de Dados (Entrevistas e Narrativas) através de Pesquisa de Campo Participativa no Projeto 2 Fevereiro, Abril e Junho/2019
3	Preparação e Aplicação de Coleta de Dados (Entrevistas e Narrativas) através de Pesquisa de Campo Participativa no Projeto 3 Maio a Junho/2019
4	Tratamento dos Dados Coletados Mai a Jul/2019

Tabela 2: Cronograma de Ações

2.1 Projeto 1 - Letramento de Jovens e Adultos

O Projeto de Letramento de Jovens e Adultos foi criado em 2005, pela Assessoria de Desenvolvimento Social da COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação/UFRJ), a partir de um levantamento estatístico, que detectou a condição de analfabetos e analfabetos funcionais de Servidores da UFRJ; trabalhadores terceirizados na área de Serviços Gerais que atuam na Universidade e do entorno que não são alfabetizados ou que têm dificuldades em ler e escrever. Em suas atividades acadêmicas, é buscado continuamente o aprimoramento dos novos conhecimentos na área educacional, principalmente na educação de jovens e adultos. Essa busca se traduz na participação de cursos, palestras, seminários, congressos, como também autoria de trabalhos na área de educação de jovens e adultos, fruto de experiências em sala de aula.

O curso é realizado todos os anos, no período de março a novembro, intercalado pelo período de férias que ocorre nos meses de julho. As aulas acontecem de segunda a sexta no horário de 15:00 às 16:30 horas, com uma carga horária semanal de 7,5 horas.



Figura 1 - Primeira turma de alfabetização do Projeto (Acervo do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, 2005)

Os objetivos do Projeto são:

- . Contribuir com sua função social, combatendo o analfabetismo dos trabalhadores da UFRJ e entorno;
- . Possibilitar uma ascensão funcional dos alunos trabalhadores;
- . Incentivar os alunos na continuação do ensino regular.



Figura 2 – Atividade Extra Classe – Visita à Cidade Histórica de Petrópolis/RJ (Acervo do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, 2017)

Metodologia de Ensino:

- . Princípios pedagógicos de Paulo Freire;
- . O aluno como co-construtor no seu processo de ensino-aprendizado;
- . Professor como facilitador e responsável por propiciar ao aluno as condições necessárias para sua autonomia;
- . Promoção de encontro de saberes;
- . Interação entre as diferentes áreas.



Figuras 3/4/5 - Visita ao Museu da Maré e Confecção pelos alunos da maquete

“Comunidade dos Sonhos” (Acervo do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, 2017)

O Projeto é composto de três turmas:

Letramento Básico – alunos que não foram alfabetizados.

Letramento Intermediário – alunos alfabetizados, que apresentam grandes dificuldades na escrita e leitura.

Letramento Avançado – alunos que apresentam um grau de dificuldade bem menor, capacitados a um nível de estudo mais aprofundado.

O Projeto vem gradativamente ao longo dos anos recebendo a colaboração de profissionais de diversas áreas (Pedagogas, Professoras da Faculdade de Letras, Instituto de Matemática e Faculdade de Educação, Monitores do LlpE e Psicólogas).

A equipe é composta por duas coordenadoras que são técnico-administrativas da UFRJ, três professores responsáveis pelas turmas e seis estagiários e/ou extensionistas em média, alunos de graduação e pós-graduação da Universidade.

Em sua atuação desde 2005, o projeto alfabetizou e preparou para o ensino regular 53 pessoas. Desde 2018 foram incluídas nas atividades da turma de Letramento Avançado ações de preparação dos alunos para a realização da prova do ENCCEJA. Neste mesmo ano, dois alunos realizaram a prova e foram habilitados a cursar o ensino regular.

2.2 Projeto 2 - Curso de Formação Continuada de Professores com foco na Produção de Atividades Educacionais dos Laboratórios de Informática das Escolas Públicas e do LlpE/NIDES/UFRJ

O Laboratório de Informática para Educação (LlpE) iniciou suas atividades em 1994 tendo como objetivo apoiar o ensino, pesquisa e Extensão em Informática para a Educação. Este projeto foi criado em 2015 pela equipe desse laboratório e tem como objetivo dar conta da utilização das chamadas tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Educação formal e viabilizar a apropriação dos professores das possibilidades de uso crítico da tecnologia em suas aulas através de atividades teóricas e práticas com suas próprias turmas.

A metodologia de desenvolvimento do curso é baseada em princípios pedagógicos participativos. Para isso é realizado de forma cooperativa e conjunta o

planejamento das atividades, a execução, avaliação e replanejamento, além da discussão de artigos acadêmicos relacionados. Ao término do curso os professores/alunos são estimulados a produzir seus próprios artigos a partir da prática e da teoria construída.

O público alvo são professores, sem restrição de áreas ou modalidades de ensino, mas que tenham uma ação direta com ações educacionais.



Figura 6 – Aula nas dependências do LpE (Acervo do Projeto de Formação Continuada de Professores)

A equipe do Curso é composta por três coordenadores e seis alunos de graduação da UFRJ. Os alunos de graduação que compõem a equipe de pesquisadores do projeto participam de todas as fases do curso, além de trabalharem na manutenção dos laboratórios de informática que são utilizados nas distintas escolas e espaços comunitários. Essa participação dos alunos integra as atividades extensionistas no currículo dos graduandos, fomentando reformas curriculares apoiadas nas experiências extensionistas e oferecendo carga horária de extensão na graduação.

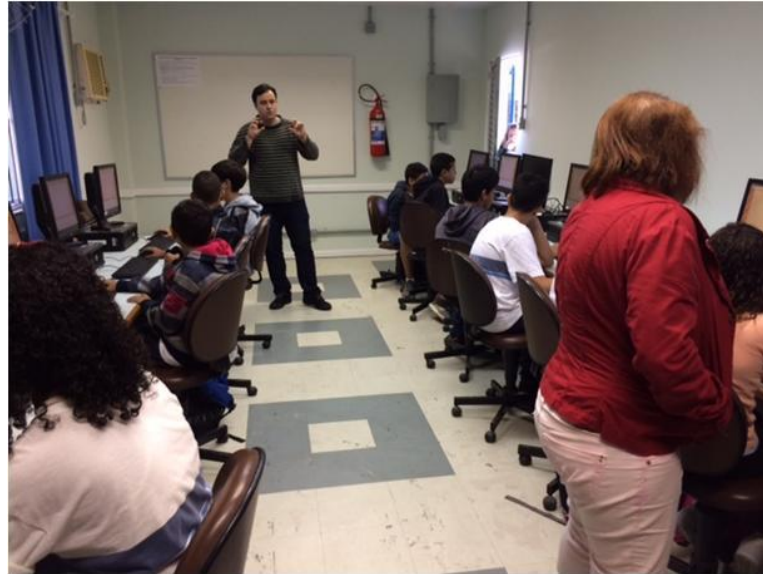


Figura 7 – Atividade da Equipe do LIpE em Laboratório de Informática de uma Escola Pública (Acervo do Projeto de Formação Continuada de Professores)

Objetivos Propostos:

- Qualificar criticamente professores (e educadores populares) para apropriação metodológica do uso da informática enquanto possibilidade pedagógica;
- Pesquisar, avaliar e desenvolver ferramentas computacionais que apoiem o processo de ensino-aprendizagem, priorizando a construção coletiva do conhecimento;
- Auxiliar a manutenção e funcionamento dos Laboratórios de Informática das distintas escolas e espaços comunitários integrantes do curso com uso de peças recicladas;
- Desenvolver conceitos e metodologias específicas no campo da formação continuada de professores no uso crítico das TICs.



Figura 8 – Atividade da Equipe do LIpE em Laboratório de Informática de uma Escola Pública (Acervo do Projeto de Formação Continuada de Professores)

O curso tem duração de 15 semanas, com 90h de carga horária total, composta de 38h presenciais, 10h de prática pedagógica na escola com alunos e 42h de pesquisa e escrita. Desde sua criação, o curso recebe anualmente, em média, 15 alunos.

2.3 Projeto 3 - Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público

O Projeto surge de uma iniciativa de técnicos da UFRJ de uma antiga divisão de integração Universidade Comunidade extinta em 2018 que perceberam uma demanda, por parte dos próprios servidores da Universidade que trabalhavam com atendimento ao público, de formação em questões relacionadas a direitos humanos. Essa divisão tinha como missão um diálogo mais direto com a comunidade através de projetos sociais. Em 2017 o curso foi oferecido para servidores públicos e demais trabalhadores na modalidade presencial. Desde 2018 ofertam a modalidade de Educação à Distância (EaD), ampliando o acesso de participantes de localidades mais distantes. Sua carga horária total é de 90 horas distribuída ao longo de seis meses por ano.

O público-alvo são servidores de instituições públicas municipais, estaduais e federais em especial àquelas cujas atividades estão relacionadas ao atendimento ao público.

O curso tem por objetivo contribuir para a formação em direitos humanos no atendimento ao público, por meio de discussões em torno da temática dos direitos humanos nas relações sócio-profissionais cotidianas. Para tanto, trabalha temas, através de oficinas, como Introdução conceitual aos Direitos Humanos, Ética no atendimento ao público, Direitos Humanos e Lutas Coletivas (questão étnico-racial, diversidade sexual e de gênero, acessibilidade), Direitos Humanos e Violência na realidade contemporânea.

A metodologia se baseia em princípios definidos segundo informações contidas no cadastro de projetos do SIGProj/UFRJ de 2019, conforme apresentado abaixo:

O curso se estrutura a partir da compreensão que a Universidade tem uma função social a cumprir, tendo na extensão universitária uma das possibilidades para sua efetivação, enquanto uma das dimensões acadêmicas que compõem esta Instituição. Neste sentido, é necessário que sejam pensadas ações que articulem ensino, pesquisa e extensão de modo que se integrem os diferentes atores que compõem a Universidade, bem como a sociedade em geral, para garantir uma troca efetiva de conhecimentos e experiências que contribuam para avanços sociais significativos. A partir de nossa realidade de atendimento ao público identificam ser fundamental pensar na relação que se estabelece quanto aos direitos humanos nas relações cotidianas de trabalho. Com base nisto, propõe um diálogo com as instituições que prestam algum tipo de atendimento à população em geral, e que se relacionem com esta temática central dos direitos humanos e com temas transversais a ela, com vistas a construir concepções de atendimento humanizado e alicerçadas em princípios e condutas éticas. Para tanto, entendem que a formação constante sob esta perspectiva contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a compreensão de quais os objetivos de um atendimento que considera o cidadão como parte interessada, e não apenas como objeto de suas ações ou meros receptores de informação. Tal perspectiva pressupõe pensar o atendimento sob uma orientação humanista, que entende que o sujeito deve ser respeitado, independentemente de sua inserção política, social, cultural, religiosa, entre outras características. Dados os limites de um curso de extensão, compreende-se que o objetivo está em contribuir para romper com práticas burocratizadas e para a construção de práticas profissionais que lidem com pessoas (público interno ou externo às instituições) de maneira mais responsável e igualitária.



Figura 9 – Atividade do Projeto (Acervo do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público)

O corpo técnico é composto por servidoras públicas técnico-administrativas em educação, profissionais de diferentes áreas de atuação, como Administração, Pedagogia e Serviço Social, com especialização, mestrado e doutorado e experiência nestas áreas de atuação.



Figura 10 – Atividade do Projeto (Acervo do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público)

Objetivos:

Geral: Contribuir para a interação dialógica entre a universidade e os servidores envolvidos no atendimento ao público, a partir da formação continuada e do debate sobre Direitos Humanos.

Específicos:

- Potencializar a atuação dos profissionais envolvidos diretamente com o atendimento ao público quanto à temática dos direitos humanos nas relações cotidianas.
- Mobilizar o público-alvo a promover uma reflexão crítica em torno dos temas transversais a temática central, tendo em vista uma melhor qualidade no atendimento.
- Reconhecer os temas apresentados como dimensões constitutivas dos sujeitos e, portanto, fundamentais a formação ética do servidor público, levantando ainda outros temas e debates identificados.



Figura 11 – Atividade do Projeto (Acervo do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público)

O curso é dividido em módulos, a saber:

Módulo I: Introdução conceitual aos Direitos Humanos: ética no atendimento ao público e nas relações profissionais cotidianas

Módulo II: Direitos Humanos e questão étnico-racial

Módulo III: Direitos Humanos, gênero e diversidade sexual

Módulo IV: Direitos Humanos e acessibilidade

Módulo V: Direitos Humanos e violências na realidade contemporânea.

CAPÍTULO 3

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo propus apresentar a Extensão Universitária e sua avaliação da quinta diretriz para as ações extensionistas, objetivo central desse trabalho.

Para isso trabalhei conceitos teóricos e políticos da Extensão, bem como suas cinco diretrizes. Em seguida, apresento um apanhado histórico sobre a Extensão Universitária no Brasil além de um levantamento das principais características desta atividade.

Na sequência, apresento a extensão como fortalecedora do papel social das Universidades Públicas Brasileiras. Também apresento os três indicadores para a avaliação proposta, estabelecidos através das referências teóricas trabalhadas. Dialogicidade como base teórica e prática das ações extensionistas, participação como aplicação de metodologias participativas e emancipação como efetividade da transformação social.

3.1 Conceito

A Extensão Universitária é definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012) como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político de interação transformadora entre a Universidade e a sociedade Brasileira. Caracteriza-se por um conjunto de projetos desenvolvidos através de metodologias participativas, com objetivos de assumir o papel de agente promotor de uma interação dialógica e a consequente troca de saberes entre seus atores internos e os atores externos à Universidade. Segundo Thiollent (2003, p. 57):

Na reflexão sobre as práticas de extensão, um dos aspectos recorrentes é o uso da metodologia participativa entendida como conjunto de procedimentos pelos quais os interlocutores envolvidos no projeto, internos e externos à universidade, estão inseridos em dispositivos de consulta, diagnóstico, ensino, pesquisa, planejamento, capacitação, comunicação, sempre elaborados para alcançar objetivos em comum.

Ainda quanto ao conceito de extensão, é necessário compreendermos que a Universidade precisa se basear nas relações ser humano com ser humano e ser humano com meio ambiente que possibilitem o aprofundamento da tomada de

consciência de sua realidade, podendo adquirir condições de intervir nesta realidade conforme assinala Freire:

(...) o conhecimento não se entende do que se julga sabedor até aquele que se julga não saberem, o conhecimento se constitui nas relações homens/mundo, relações de transformações, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (2016, p. 36).

3.2 Diretrizes

As cinco diretrizes da extensão universitária objetivam favorecer o desenvolvimento dos indivíduos para pensar e atuar de forma autônoma e crítica, priorizando, mais do que a transmissão do conhecimento, sua construção com a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo através de uma interação dialógica e a consequente troca de saberes.

As três primeiras diretrizes tratam de princípios que embasam todas as ações de extensão universitária.

A quarta diretriz trata da formação dos estudantes, mas ao analisar o impacto na transformação social, a quinta diretriz, está incluído o impacto na formação dos estudantes, pois eles fazem parte da sociedade em transformação e são elementos ativos nessa transformação, como os demais participantes das atividades de extensão. A apresentação em separado do impacto na formação dos estudantes teve o objetivo de reforçar esta característica obrigatória em toda atividade de extensão universitária, mas deve ser discutida e avaliada em conjunto com a quinta diretriz.

A quinta diretriz “Impacto na Transformação Social” foi escolhida como objeto de estudo desta dissertação porque, ao analisarmos a necessidade de sua avaliação contínua, ficou evidenciado que se apresentava como propiciadora do desenvolvimento social, assim como agregava à Universidade a capacidade de contribuir para o aprimoramento de políticas públicas. Desta forma, apresentava condições de marcar posição em sua atuação na luta de enfrentamento de uma crise institucional que Boaventura (2004, p. 5-6) apresenta como:

... contradição entre a reivindicação da autonomia na definição e objetivos da Universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios

de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Transformação social entendida como avanço do bem estar e seu alcance além do ambiente da Universidade. Extensão que desperte nas pessoas e grupos sua representatividade e papel territorial e comunitário, que dialogue o tempo todo com a sociedade.

Fica claro que a Extensão não é a única atividade universitária capaz de promover mudanças, mas sim uma delas. Assim como é afirmado no site da Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ (PR5), não é só na sociedade que se pretende produzir impacto em relação a transformação social, mas na própria Universidade, como agente de ações transformadoras e promotora de políticas públicas.

Portanto, pode-se perceber a necessidade de ser avaliada a efetividade desta diretriz segundo os princípios teóricos e metodológicos da extensão universitária, por sua abrangência diante das outras diretrizes e sua complexidade na importância de discutir e dar contribuições com objetivos de transformação em questões sociais.

3.3 Histórico

As atividades de extensão têm se desenvolvido nas instituições de ensino superior do Brasil desde 1911. No Decreto nº 19.851 de 11/04/1931, que estabelecia as bases do sistema universitário brasileiro, surge a Extensão Universitária.

Em 1918 na Argentina, em Córdoba, foi iniciada uma reforma realizada pela Universidade Latino-americana com grande mobilização, cujo pleito era a transformação e o compromisso social da Universidade. O Manifesto de Córdoba, resultado da mobilização social, por sua vez, teve influência sobre a construção do pensamento de outros manifestos universitários, em países como México, Uruguai, Chile, Peru e Brasil.

Nas décadas de 50 e 60 a Extensão Universitária apresentava-se como uma reação às reformas estruturais apresentadas na época. A reforma na educação, junto com outras “reformas de base”, expressão utilizada na época, fazia parte de uma luta pela transformação social do Brasil. A Extensão foi considerada o centro do

processo de reformas na educação superior, como consta na Declaração da Bahia, fruto do 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em maio de 1960 em Salvador.

Após o golpe militar de 1964 foi dado um caráter assistencialista para a extensão, como pode se observar na Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, que em seu artigo 40 define: "as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento". Pode-se notar, a partir daí, presença de iniciativas com uma concepção de Extensão como prestação de serviços, desvinculada das atividades de ensino e pesquisa. Exemplo notório é o Projeto Rondon, patrocinado pelo exército, em que estudantes universitários eram levados para áreas afastadas dos centros populacionais para prestarem assistência a populações pobres.

De certo modo, foi em oposição ao golpe militar, recrudescido com a imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968 e o Decreto-Lei nº 477 em 1969, instrumento de repressão voltado diretamente para as atividades universitárias, que se abriram as perspectivas de discussão sobre a natureza do trabalho das atividades extensionistas.

Em 1977 Freire define seus princípios da seguinte forma:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o como de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, p. 27).

Paula (2013) afirma, em relação ao histórico da Extensão Universitária:

Com efeito, a extensão universitária no Brasil, considerada em conjunto e numa perspectiva cronológica, pode ser vista como tendo três grandes etapas: I) a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de

1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressaram a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (p. 19).

A publicação "Política Nacional de Extensão Universitária" (FORPROEX, 2012), sustenta que o conceito de extensão, criado em 1987 no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, impulsionou os avanços da extensão universitária no Brasil. Há um consenso que suas contribuições foram decisivas para conceituar a extensão universitária como foco em ensino e pesquisa através da qual todos os atores envolvidos vão aprendendo a praticar, a experimentar a realidade. O verdadeiro processo educativo é feito pelo próprio coletivo, em contato com a sociedade e com a natureza, apreendendo a realidade concreta através da interação dialógica e da formação humana, podendo cumprir como Universidade Pública, seu papel social de agente transformador.

Em 2014 a Lei nº 13.005 estabelece metas e diretrizes para educação nos próximos 10 anos. Uma das estratégias para atingir a meta determinada é que seja "assegurando, no mínimo 10% do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação, em programas e projetos de extensão universitária, orientando, prioritariamente para áreas de grande pertinência social". (PNE, 2014).

3.4 A Extensão como fortalecedora do Papel Social da Universidade Pública

De acordo com Santos (2004) a relação da Universidade com a Sociedade deve ser alicerçada em pilares diferentes dos estabelecidos historicamente nestes espaços de educação. Para atender às demandas da população é necessário que a Universidade coloque seu conhecimento à disposição para um confronto entre diferentes tipos de conhecimento. "A Sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência" (p. 30).

Boaventura de Souza Santos propõe um conhecimento "pluriversitário cooperativo e solidário" para com organizações representativas ou grupo sociais

mais vulneráveis, dando um sentido ao papel social da Universidade Pública. Deste modo, esta discussão fornece a identidade deste trabalho de pesquisa no sentido de buscarmos a integração entre a Universidade e a sociedade brasileira, pensando em possíveis planejamentos de ações, seu desenvolvimento, aplicações práticas e análise dos impactos que estas produzem nas necessidades de construção de um mundo mais próximo da justiça social, empatia e igualdade.

As ações de extensão podem e devem ser espaço de produção e desenvolvimento do papel social da Universidade Pública, constituído por um conjunto de princípios críticos que contribuam definitivamente para uma sociedade em que seus indivíduos se apoderem da liberdade, da humanização e da consciência.

A ideia de ressaltar a identidade da extensão universitária como núcleo central de promoção do papel social da universidade pública não é trivial, pois ao assumir essa posição, associada à atividades de ensino e pesquisa, deverão estar implícitas características como criatividade, democratização de ações e relações, assim como objetivos de caráter emancipatório. Ações políticas através de articulações em que inter-relações sejam promovidas, integrando todas as partes, Universidade e grupos sociais, buscando soluções próprias dentro de suas realidades.

Desta forma, a proposta aqui defendida se coaduna com a proposta de reforma universitária defendida por Santos (2004, p.43):

“..., o terceiro protagonista das reformas que proponho são os cidadãos individual ou coletivamente organizados, grupos sociais, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e suas redes, governos locais progressistas, interessados em fomentar articulações cooperativas entre a universidade e os interesses sociais que representam”

Desse modo, a extensão se apresenta como parte intrínseca à Universidade, como instituição pública, a planejar e desenvolver ações coletivas, bem como avaliar os impactos destas na busca para minimizar as grandes desigualdades sociais. Assim, como forma de cumprir sua função de promover a emancipação da população menos favorecida, concordamos que suas atividades tenham como

objetivo prioritário “...o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais...” (SANTOS, 2004, p. 54), e que estas atividades sejam desenvolvidas através de metodologias participativas, sem a hierarquização de saberes e pensando sempre no desenvolvimento de uma sociedade que preserve os direitos de todos independentemente de raça, gênero ou posição social.

Deve-se buscar não dissociar pesquisa, ensino e extensão de forma que a evolução de suas atividades teçam uma rede que proporcione uma qualidade no retorno à sociedade, através da atuação de profissionais que compreendam a necessidade de contribuir para a resolução de problemas humanitários, desenvolvam ideias que contribuam para o bem estar social e, na prática, desenvolvam metodologias de acolhimento e que promovam a interação e participação de todos os envolvidos. Assim, teremos uma Universidade Pública que assuma o caráter de responsabilidade social.

Ainda para cumprir seu papel social, a universidade deve definir uma identidade e posicionamento de forma que sua atuação não seja motivo de crise entre diferentes formas de desenvolvimento, ou seja, uma visão de identidade que crie mais unidade que polarizações. “A questão não está em decidir se deve ou não deve ser politizada mas sim decidir sobre a política preferida” (WALLERSTEIN, apud SANTOS, 1969, p. 29).

No seu papel de entrelaçamento com as questões e problemas sociais, a extensão se apresenta como uma prática que responde às necessidades das comunidades, grupos, coletivos e organizações da parcela criminalizada, desprestigiada e vulnerável da sociedade brasileira.

Em uma abordagem social, a Gestão Social deve ser ampliada para métodos de ação e reflexão em função do desenvolvimento de projetos com a finalidade de interação entre pessoas, construindo um ambiente essencialmente histórico e humano. Uma interação que preze pela complementaridade e troca de experiências e saberes entre todos os agentes sociais.

Essa reflexão deve influenciar modificações na forma de produção de relações entre teoria e prática, aceitando e superando a diversidade e a realidade de

cada um individualmente e coletivamente. Enfatizamos a importância da utilização de métodos que promovam situações em que os grupos amadureçam em escolhas e decisões com a adoção de soluções plausíveis e concretas.

Segundo Tenório o conceito de gestão social “relaciona-se com o conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores” (2002, p. 7). Assim, esta ação negociada contribui para uma relação direta entre a administração de ações e a participação social e política.

Durante essas ações o conhecimento de todos em conjunto é capaz de promover sua utilização em questões da vida real. Desta forma, falar de gestão social se faz necessário ao percebermos que seu conceito e instrumentos metodológicos de elaboração e aplicação contribuem para a avaliação social em termos de transformação e emancipação de um dado grupo e dos elementos que o constituem.

Em se tratando de instrumentos metodológicos, não podemos nos furtar de apreciar as formas descentralizadas dos processos decisórios e, fundamentalmente, a participação dos indivíduos na gestão, demandando um novo perfil de liderança e organização. Nesta perspectiva, a prática desta gestão impacta diretamente reflexões-ações que atendam as demandas sociais e as necessidades tornadas claras pela efetiva participação do conjunto de indivíduos.

Segundo Jacobi (1992) apud Tenório (2002, p. 73), “Democratizar é ceder poder, o que implica a definição do modelo através do qual se vai governar e os reais espaços de participação dos cidadãos”. Democracia exercida pela legitimação e valoração das iniciativas definidas, defendidas e praticadas por um dado grupo social.

Assim, fazendo uma correlação com o assunto dessa pesquisa, devemos afirmar a necessidade da extensão ser estabelecida como um fator de impacto e transformação social. Deste modo, em acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012), quando em seu documento “Política Nacional de Extensão Universitária”, assim se posiciona:

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma

atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.

Mudanças sempre são necessárias para uma adaptação contínua da Universidade ao contexto atual. Como presente e futuro esta deve priorizar a promoção da formação humana de seres que saibam selecionar e questionar as informações que recebam, que sejam capazes de refletir, de propor soluções sobre problemas e questões atuais, que sejam sujeitos ativos na sociedade em que vivem.

3.5 Avaliação do Impacto na Transformação Social

Segundo Thiollent (1984), o processo avaliativo é realizado por comparação de um fato com normas ou critérios previamente definidos. Sabemos que avaliar, mais do que quantificar, é confirmar a relevância da ação avaliada, ou seja, uma avaliação qualitativa. E esta avaliação, como compromisso sociopolítico, deve garantir que sirva como efetivo instrumento de emancipação social. Desta forma, DEMO (1999) afirma que:

O que está em jogo na avaliação qualitativa é principalmente a qualidade política, ou seja, a arte da comunidade de se autogerir, a criatividade cultural que demonstra em sua história e espera para o futuro, a capacidade de inventar seu espaço próprio ... (p.11).

Assim, é necessária a busca de formas de avaliação qualitativa, que garantam a penetração “na problemática do programa e no que este significa para os participantes sem concepções previamente estabelecidas” (PICADO, 1989, p. 92) e que a construção de seus indicadores seja estabelecida com o objetivo de medir impacto, ou seja, fatores que contribuam para a avaliação de mudanças. Com isto, desafios são colocados aos agentes envolvidos no desenvolvimento de Projetos de Extensão, como acompanhamento da elaboração própria dos grupos envolvidos, ou seja, os pesquisadores e a comunidade externa, através da proposição de processos de projetos que sejam articulados, criando condições de todos os envolvidos praticarem a argumentação com autonomia, serem críticos e criativos e autores de sua própria história.

Desse modo, uma prática de avaliação qualitativa deverá ser contínua, não linear, realizada de forma que sinalizará um processo de análise e afirmação de valores e práticas. A avaliação deve envolver um ato que ultrapasse a constatação do alcance dos objetivos propostos, exigindo a participação de todos os envolvidos nas atividades de extensão, promovendo a dialogicidade e obtendo um retrato o mais real e completo possível da situação. Ao ser desenvolvido o processo de avaliar os projetos de extensão devemos utilizar técnicas e instrumentos que nos possibilitem diagnosticar o que foi proposto em comparação ao que foi alcançado e o que é preciso e passível de melhoria ou mudanças para que a partir de então possamos buscar o possível como efetividade e dinamismo das ações extensionistas. Devemos, além disso, contribuir para um ambiente propício de construção coletiva e emancipadora, de forma que, para o ser humano, se constitua em novas perspectivas de ação.

Em se tratando de ação, a avaliação adequada é aquela que é desenvolvida com embasamento teórico e metodológico considerando a realidade e objetivos definidos para os projetos a que se referem. Assim, de acordo com BARREIRA apud FAGUNDES (2009, p. 90) "é fundamental para aferir o grau de eficiência, efetividade e eficácia que os serviços sociais apresentam e em consequência realimentar decisões e ações no campo da política social".

Mas, esse processo avaliativo também não é neutro. Precisamos pensar em um processo avaliativo que busque a participação de todos de forma igualitária, democraticamente, para que seus resultados possam contribuir para ações e transformações verdadeiramente relevantes para a população a que se destina. Uma postura crítica que estabeleça critérios de definição de formas de ação segundo um planejamento, execução e reestruturação, assim como a definição de novos rumos.

Desse modo, a avaliação de projetos de caráter social e qualitativos devem ser planejados e desenvolvidos levando em consideração a fala de seu público alvo, assim como as características históricas e sociais e os objetivos que balizam suas ações. Essa avaliação não tem como objetivo quantificar resultados, mas desenhar um quadro de necessidades de mudanças ou manutenção das práticas planejadas. Com relação ao estudo contido neste trabalho, uma avaliação que não se preocupe

apenas com resultados, mas sim com os impactos desejados. Para PICADO (1989) “a avaliação de impacto é aquela que estuda quais as mudanças reais e efetivas que os programas produziram no território, na população beneficiada ou nas condições econômicas e sociais que pretendem transformar” (p.. 95).

Propõe-se, nesta pesquisa, que a efetividade da avaliação qualitativa dê conta de refletir sobre a situação anterior, a metodologia e os objetivos propostos, fazendo uma relação com a situação posterior. Uma avaliação compartilhada que proporcione processos decisórios educativos, sendo estes de caráter técnico, pessoal, organizacional ou político.

Avaliar impactos, então, significa um processo avaliativo formativo, ou seja, emancipador centrado nas identidades e atuação do grupo social envolvido como participante e o público a que se destina as ações. “A avaliação formativa se debruça sobre um programa em andamento, simultaneamente ao seu desenvolvimento, com o objetivo de melhorá-lo”. (CANO, 2006, p. 97)

Avaliação que signifique ferramenta de análise desenvolvida através da participação ativa de grupos desfavorecidos, propiciando a oportunidade de vivenciar a prática da decisão, atuação e experimentação e, a possibilidade, de emancipação. Assim, na escolha dos indicadores para o desenvolvimento do processo avaliativo devemos pautá-la, segundo DEMO (2015), de acordo com:

... critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de identidade ideológica, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que, em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. (p. 11)

Ao atendimento da proposta de avaliação aqui exposta, os indicadores devem conter informações relevantes sobre determinados fatores, como a representação da qualidade das ações e a significação social a um dado grupo. De acordo com o contexto específico deve possibilitar a comparação para análise e uma abordagem “mais centrada na visão dos atores” (CANO, 2006, p. 91).

Os indicadores da avaliação proposta foram definidos segundo o objetivo da pesquisa, ou seja, a sensibilidade em detectar os princípios definidos para ações de extensão e suas especificidades, assim como lhe dar um caráter formativo. Segundo

Assis *et all* (2005), “A formulação do objetivo que vai guiar todo o processo de avaliação é um elemento fundamental para a qualidade e efetividade da avaliação” (p. 102). Além disso, estes indicadores foram construídos levando em consideração a concepção, o contexto e as metodologias apontados para a realização efetiva da extensão universitária. Assim, os indicadores construídos através da análise dos referenciais teóricos apresentados são a Dialogicidade, a Participação e a Emancipação. A seguir vamos discuti-los.

3.5.1 Indicador Dialogicidade

Diante do propósito geral deste estudo, que é analisar projetos de extensão universitária, é importante compreender os princípios que regem estes projetos e discutir as possíveis ações para o desenvolvimento efetivo dos mesmos. Assim, é de grande relevância uma reflexão acerca dos aspectos de comunicação.

Freire (1977) aponta a educação como uma alternativa para possibilitar mudanças das práticas de comunicação, ressaltando que, por meio da interação dialógica como encontro de saberes, encontro de sujeitos “que buscam a significação dos significados”. Assim, são relevantes os estudos sobre as experiências de ensinar e aprender que diferem das práticas tradicionais e, de acordo com o educador, mesmo que sejam ainda poucas, foram de grande utilidade no sentido de inspirar as bases de uma didática inovadora de extensão universitária, tecendo uma relação entre o campo e o caráter peculiar de produção de conhecimento da universidade pública.

Portanto, pode-se perceber a relevância da troca de saberes, sendo a busca por interações dialógicas algo essencial para as boas práticas extensionistas.

Freire (1977) já ressaltava a importância dos pesquisadores cuidarem para não agir como detentor ou transmissor de conhecimentos, mas sim como aquele que estimula sua produção. É enfático ao propor que os atores envolvidos nas ações dos projetos de extensão sejam estimulados a falar de si mesmo no que se refere a sua vida, sua criatividade, seus desejos e anseios.

Lembremos que o ato de trocar, por não se caracterizar pela passividade, exige que todos respeitem os saberes e as limitações dos outros, visto que todos já trazem consigo uma gama de conhecimentos que precisa ser levada em

consideração. Não deve ser apenas inclusiva, mas também transformadora e que as pessoas devem ser acolhidas, respeitadas e valorizadas em suas individualidades e diferenças. “Práxis na qual a ação e a reflexão, solidárias, se iluminam constante e mutuamente” (FREIRE, 1977, p. 80).

A escolha deste indicador é baseada na necessidade de todo homem e toda mulher construírem a sua palavra, tendo condições de desenvolver a sua própria história individual e coletiva. “Os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade” (FREIRE, 2016, págs. 14-15).

Também podemos afirmar que, através deste diálogo, a troca de saberes vem no bojo da troca de experiências sobre a qual, em relação a extensão, todos ganham com as experiências trocadas. A Universidade, desta forma, engrandece de forma efetiva as suas outras finalidades de pesquisa e ensino.

“A palavra verdadeira se faz ação transformadora do mundo” (FREIRE, 2016, p. 14). Assim, ao tomar como princípio e um de seus atributos a dialogicidade em sua práxis o homem estará revelando sua visão de mundo, confrontando-a com a visão do outro, desenvolvendo a capacidade e independência do pensar e agir por si e pelo coletivo.

Paulo Freire diz que quando os homens assumem uma verdadeira postura dialógica é revelada a palavra de cada um, desde que esta seja carregada de respeito, atenção e consideração. Desta forma, diz que (2016, 134): “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo”.

Assim, a independência para transformar seu mundo é um direito de todos os homens garantido, entre outras coisas, através do diálogo. Diálogo que não seja apenas verbalizar palavras, mas fazer a sua pronúncia.

“Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo” (FREIRE, 2016, p. 140). Diálogo como prática da liberdade, como supressor da opressão, como democracia.

3.5.2 Indicador Participação

Neste item, serão abordados aspectos relativos a necessária participação dos agentes internos e externos à Universidade, ou seja, participação de pessoas conscientes e compromissadas com a transformação da sociedade na solução de problemas sociais, políticos e econômicos. Participação como qualidade de vida e qualidade política. Qualidade esta que DEMO (2015) define como:

Na qualidade não vale o maior, mas o melhor; não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação. Qualidade é estilo cultural, mais que tecnológico; artístico, mais que produtivo; lúdico, mais que eficiente; sábio, mais que científico (p. 10).

Para tanto, apresentaremos a visão de autores a respeito do termo participação e identificando na literatura princípios que favoreçam seu exercício e sua avaliação qualitativa, bem como metodologias participativas como processos educativos que proporcionam a atuação efetiva de todos os envolvidos. Apresentar-se-á, também, a relação que, no meu entendimento, existe entre participação e transformação social em seus aspectos de representatividade, de planejamento participativo, de convivência, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica, de autogestão e de cidadania.

A participação está relacionada à produção de conhecimento e ao desenvolvimento de tecnologias em relação com o desenvolvimento de atividades de extensão, que, nesse contexto, devem ser entendidas como sendo a função política desenvolvida pela comunidade universitária, tal como afirma Lianza *et al* (2011) de que “o papel da extensão, portanto, é o de socialização dos conhecimentos desenvolvidos na Universidade. É o único meio pelo qual se pode expandir o campo de influência desta,...” (p. 37). Thiollent (2000) defende que a metodologia para projetos de extensão deve ser orientada por “princípios metodológicos participativos”.

Deste modo, Thiollent (2000, apud Lianza *et al* (2011) destaca no papel da extensão universitária os benefícios da aplicação de metodologias participativas:

...o respeito a uma metodologia participativa pode trazer diversos benefícios, pois capacita os atores envolvidos, potencializa o espírito crítico, melhora a interação entre participantes da população e da Universidade, possui uma postura ética, visa a um tipo de emancipação, com discussão e autonomia dos participantes, e mobiliza mais fortemente a comunidade (p. 39)

A intenção deste trabalho não é, propriamente, definir, de modo acabado, esta participação nem as ações que a compõem. Mais que procurar defini-la, objetivo estudar fatores que favoreçam o desenvolvimento dos projetos de extensão, como também a participação discente como método de aprendizagem ética e solidária que revele que essa função está sendo exercida pela Universidade.

Participação, então, significando unidade, solidariedade, comunidade entre todos aqueles excluídos dos processos decisórios. Retomada da luta coletiva para definição de seus próprios caminhos com o aparecimento de novos atores sociais.

Participação como autogestão significando autonomia, planejamento, negociação e autorização pelo coletivo. Segundo Cláudio Nascimento (2011, p. 414):

...a criação de organizações pela ampla maioria...a gestão ... deverá aprofundar o caráter solidário, autogestionário e transparente, priorizando as ações educacionais e formativas...o processo decisório continuará democrático, horizontal e amplo ...

Participação como encontro de pessoas para trocar, discutir, ouvir, decidir e agir autonomamente.

3.5.3 Indicador Emancipação

Emancipação - “Ação de ser ou de se tornar independente, livre; independência” (Dicionário Houaiss). Emancipação construída nas realidades existentes reconhecendo o papel protagonista das massas. Emancipação como criação de conhecimento científico que respeita, acolhe e inclui a sabedoria e a cultura popular.

A Sociedade tem passado por transformações significativas nos campos socioeconômico, cultural, político, científico e tecnológico. É possível perceber que essas mudanças produziram uma grande quantidade de informações, exigindo da comunidade universitária novas maneiras de lidar com elas. Deste modo, Falls Borda (1978, pág 1) defende que “é nossa responsabilidade, como pertencentes à comunidade científica, saber interpretar esta transformação e criar dados adequados para ajudar a construir o futuro”.

Assim, faz-se necessário romper com paradigmas e desenvolver ações sociais críticas baseadas nas necessidades, interesses e experiências das classes oprimidas em suas lutas por emancipação. A promoção da autonomia contribui para o saudável desenvolvimento da verdadeira condição humana que, conseqüentemente, traz em seu rastro uma transformação social, criando um ambiente que os atores sociais devem entender e contribuir para sua manutenção como processo emancipatório e continuado. É evidenciado, nas considerações de cada autor, a necessidade de uma Universidade na qual todos os seus membros participem do processo de construção do conhecimento, que incentive esta construção pensada a partir e com a Sociedade. Torna-se importante que a Universidade saiba estabelecer entre o que ensina e aprende e a realidade da vida, aplicando conhecimentos adquiridos nesta troca. Assim, requer-se o desenvolvimento de algumas funções, como as de atuar e contribuir, para a efetivação da emancipação dos indivíduos na condição de se autodeterminarem.

A promoção de um ambiente propício a processos de emancipação só pode ser desenvolvida e consolidada a partir de uma prática transformadora, através do diálogo com os setores oprimidos e o enfrentamento das estruturas opressoras, tanto internas como externas à Universidade. Promovendo ações de construção de conhecimento, culturais, sociais e políticas com caráter participativo, não hierarquizado e emancipatório que contribua para a garantia de direitos e deveres a todos, indistintamente, influenciando a definição e estabelecimento de políticas públicas libertárias. “Propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que o desafia, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 2016, p. 30).

Liberdade e independência “como ato de um sujeito histórico capaz de produzir seu futuro, ou seja, capaz de ver e entender a realidade concreta do presente e construir, conscientemente, sua própria história” (BORDA, 1978, p. 25). Emancipação como construção coletiva para a liberdade e independência política, social e humana.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS DA PESQUISA: CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO

A metodologia empregada na análise dos dados foi a análise de conteúdo. Ao utilizar esta metodologia pretendi dar voz e vez aos entrevistados e narradores. Assim, provocando o desvelamento da realidade e o momento vivido daquelas pessoas que participam como protagonistas das ações dos projetos.

Considerando os objetivos e a metodologia empregada nesta pesquisa, os resultados serão apresentados por projeto estudado. O primeiro será o Projeto "Letramento de Jovens e Adultos", ressaltando que teremos como base, dados coletados através da técnica de entrevistas realizadas entre os pesquisadores do Projeto, a saber, Coordenadores e Alunos participantes, aliados a depoimentos coletados através de narrativas efetuadas pelos membros do público a que se destina cada projeto. O Projeto "Curso de Formação continuada de professores com foco na produção de atividades educacionais a serem desenvolvidas nas dependências dos laboratórios de informática das escolas públicas e do LIpE" será o segundo projeto analisado. E na terceira análise estará o tratamento aos dados do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público.

A escolha desses projetos se deu pela minha participação na coordenação do Projeto de Letramento. No projeto de formação de professores também houve uma participação direta em determinados momentos da realização do curso como aluna. A terceira ação foi escolhida pela oportunidade de compor a coordenação do programa articulado de extensão da UFRJ "Transformação das Forças Produtivas e Sociais" e pela importância das questões tratadas no curso, quando conheci o projeto e defini que este seria também meu objeto de estudo.

Como dito anteriormente, os resultados foram analisados conforme princípios da análise de conteúdo através de três processos de inferências. O primeiro processo foi chamado de pré-análise de dados, o segundo processo de inferência foi denominado de categorização e o terceiro análise da categorização segundo características desejáveis.

4.1 Primeiro Processo de Inferência: Pré-Análise de Dados

A inferência realizada sobre as falas nesse primeiro processo se deu por um recorte de “escolha das unidades” que Bardin denomina como “Unidades de Registro e de Contexto”. Sendo a unidade de registro “...unidade de significação codificada e correspondente ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização...” (BARDIN, 2016, p. 134) e a unidade de contexto:

...serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro (BARDIN, 2016, p. 137).

Como unidade de registro optei pela palavra, expressão ou frase por pretender trabalhar a semântica do conteúdo das mensagens provenientes das entrevistas e narrativas. Quanto à unidade de contexto, a análise foi realizada levando em consideração os projetos e os indicadores Dialogicidade, Participação e Emancipação.

A escolha e organização da técnica se iniciou na definição dos objetivos da pesquisa e na formulação das hipóteses, contribuindo assim para a elaboração de indicadores, definidos conforme citado anteriormente. Nesta fase foram estabelecidas categorias a partir dos indicadores e suas semânticas. O resultado desta fase está apresentado na tabela 3 que segue.

INDICADOR	DIALOGICIDADE	PARTICIPAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
PROJETO			
LETRAMENTO	Planejamento Coletivo	Avaliações Coletivas	Atuação do público alvo nos Territórios
	Reconhecimento Mútuo	Decisões Coletivas	Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
	Troca de Saberes	Representatividade dos Grupos	Mudança no comportamento social do público alvo
	Contextualização	Participação Individual	Reconhecimento de Direitos Trabalhistas
	Atendimento a diferenças	Metodologias Participativas	Noção histórica e contextual própria do público alvo
	Espaços de Fala	Liberdade de Atuação	Troca de Conhecimento Coletivo
	Conhecimento de mundo	Empatia no grupo	Recuperação da auto estima
		Espaços de Decisões e enfrentamento de problemas	Entendimento de Mundo
		Momentos de integração	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	Diagnóstico prévio com o público alvo	Avaliação Coletiva do Planejamento	Projeto Político construído através da fala do coletivo
	Problematização	Planejamento Coletivo Contínuo	Atuação efetiva do Público Alvo em seus Territórios
	Espaços de reflexão crítica	Parceria entre os pesquisadores e comunidades ou grupos	Avaliação da limitação das superestruturas
	Estímulo a participação		Entendimento de Mundo de Todos os envolvidos no Projeto
			Atuação como agente de mudanças/Multiplicador
			Abertura do Leque de Conhecimentos
			Estímulo a sair da zona de conforto
			Visão Crítica
DIREITOS HUMANOS	Reformulação contínua de ações	Gestão compartilhada	Poder de decisão individual
	Interdisciplinaridade	Proposições Individuais	Levar Conhecimento para a Comunidade
	Processos de construção coletiva	Ações de potencialização das atividades do ator da comunidade	Avaliação processual
	Pesquisa sobre a Comunidade Fim		Mudança no fazer Profissional
			Retornos e Relatos dos Atores da Comunidade
			Aplicação Prática nos Espaços Comunitários ou Profissionais
			Entender seu fazer e pensar
			Multiplicador dentro de seu Grupo
			Compromisso ético

Tabela 3: Categorias obtidas a partir dos indicadores definidos segundo a teoria

4.2 Segundo Processo de Inferência: Categorização

No segundo processo de inferência cada indicador foi analisado com mais acuidade segundo determinadas perguntas dos roteiros (APÊNDICE D e E), conforme demonstrado na Tabela 4 abaixo:

INDICADOR	DIALOGICIDADE	PARTICIPAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
TÉCNICAS			
Entrevistas	Perguntas 1 e 4	Pergunta 2	Pergunta 3
Narrativas	Pergunta 3	Pergunta 4	Pergunta 6

Tabela 4: Perguntas roteiro e respectivos indicadores analisados

As outras perguntas dos roteiros compuseram um conjunto de significados que deram sustentação a busca de um conceito maior, que deu base ao objetivo da pesquisa, que é a Transformação Social.

Feito isto, parti para a realização de um quadro de inferência, através da passagem de dados brutos para dados organizados segundo critérios definidos, ou seja, a partir das falas foram definidas as categorias, segundo suas unidades de registro (Indicadores) e suas unidades de Contexto, como mostrado no Apêndice A - Projeto Letramento de Jovens e Adultos, Apêndice B - Curso de Formação continuada de Professores com foco na Produção de Atividades Educacionais a serem desenvolvidas nas dependências dos Laboratórios de Informática das Escolas Públicas e do LlpE e Apêndice C - Curso de Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público.

O que obtive foi a primeira categorização dos indicadores através da inferência semântica das categorias nas falas.

4.3 Terceiro Processo de Inferência: Análise da Categorização dos Indicadores

A seguir, com base nas inferências, analisei a categorização dos indicadores segundo “características desejáveis” (BARDIN, 2016), a saber:

- Exclusão Mútua
- Homogeneidade
- Pertinência
- Objetividade e fidelidade
- Produtividade

Neste momento foi feito um novo reagrupamento das categorias, com o objetivo de estabelecer as bases de avaliação dos indicadores definidos, com uma especificidade maior quanto a seus respectivos conceitos e significados de suas expressões, ou seja, com foco maior em suas unidades de registro e suas unidades de contexto, conforme desenvolvido nos itens 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3. Após as análises segundo cada indicador, determinei as categorias de avaliação, demonstradas no item 4.3.4.

4.3.1 Análise das Categorias do indicador Dialogicidade

Para responder a esta primeira análise apresento a recorrência de determinadas categorias, conforme recortes das entrevistas e narrativas apresentadas no APÊNDICE A, a saber:

- Troca de saberes como atendimento às diferenças e diálogo entre conhecimentos de mundo;
- Espaços de fala que em seu quadro teórico demonstra a necessidade de promoção de espaços de reflexão crítica;
- Promoção de Interdisciplinaridade como planejamento de ações que desenvolvam contextualizações e problematizações.

Ou seja, elencar princípios de pertinência nas ações dos Projetos, conforme fica claro nos recortes a seguir:

“Quando eles (os alunos do projeto) trazem algo da realidade deles, eles também nos modificam (pesquisadores do projeto)”. (Coordenadora do Projeto Letramento) – Troca de saberes

“Nós temos uma pauta, mas quando o aluno apresenta uma situação que precisamos atender buscamos uma variação para que este aluno entenda o que é o mundo, tenha uma visão de mundo.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento) – Atendimento às diferenças, Contextualização, Espaço de reflexão crítica, Conhecimento de mundo.

“O contato inicial com os alunos do projeto é feito através de um formulário em que eles respondem: ‘Porque eles abandonaram os estudos, porque eles voltaram a estudar, o que eles esperam, o que eles pretendem’”. (Coordenadora do Projeto Letramento) – Espaços de fala, Estímulo a participação.

“Desde a construção do curso a gente faz uma gestão compartilhada, integrando os técnicos, saberes.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos) – Promoção de Interdisciplinaridade, Espaço de reflexão crítica, Troca de saberes.

Desta forma, estabeleci Troca de saberes, Espaços de Fala e Promoção de Interdisciplinaridade como categorias do indicador Dialogicidade.

A seguir, me detenho nas categorias Diagnóstico prévio sobre o público alvo e Pesquisa sobre a comunidade fim. Compreendendo que estas duas expressões possuem mesmo significado, ou seja, demonstram a qualidade de homogeneidade, optei pelo estabelecimento da primeira categoria citada, Diagnóstico prévio sobre o público alvo, por perceber ser uma expressão com significado mais completo para o planejamento de ações, conforme apresentado:

“A partir das suas experiências e demandas vamos buscar legislação para construir os assuntos do curso.” (Bolsista/Graduanda de Serviço Social do Projeto de Formação em Direitos Humanos) – Diagnóstico prévio sobre o público alvo/Pesquisa sobre a comunidade fim.

Da mesma forma, diante da ocorrência das categorias “Planejamento coletivo” e “Processos de construção coletiva”, compreender que estas categorias representam, através de seus significados, uma escolha mais estratégica para o indicador participação, podendo fornecer dados mais exatos no planejamento dos projetos. O que fica evidente em trechos como o apresentado abaixo:

“Trabalhamos de uma forma coletiva ...mas nós tentamos nos reunir no início do ano para ter um planejamento geral, uma visão mais geral, mas depois nós tentamos semana após semana adequar este plano a realidade dos professores, a realidade da escola a partir da realidade da escola, das várias limitações, tanto de pessoas como técnicas. É um elemento que vai se dando dentro de uma função adaptativa, de acordo com cada realidade” (Coordenador do Projeto de Formação de Professores) – Planejamento coletivo/Processos de construção coletiva = Participação.

Por fim, estabelecer a Reformulação contínua de ações como atendimento a necessidade de processos contínuos e objetivos de avaliação, como exemplificado no relato a seguir:

“Nós temos uma pauta, mas quando o aluno apresenta uma situação que precisamos atender buscamos uma variação para que este aluno entenda o que é o mundo, tenha uma visão de mundo.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)

4.3.2 Análise das Categorias do Indicador Participação

A partir da leitura das falas, observei que as categorias, definidas para o indicador Participação segundo os dados coletados nas entrevistas e narrativas (APÊNDICE B), como Representatividade dos grupos, Participação individual, Momentos de integração, Ações de potencialização das atividades do ator da comunidade, Proposições individuais, criou condições de análise diante das quais formulei uma única categoria que representasse todas estas características de planejamento e ações de projetos, ou seja, Metodologias Participativas.

Continuando com a análise das falas, as categorias Espaços de decisões e enfrentamento de problemas, Parceria entre os pesquisadores/comunidades/grupos, como também Decisões coletivas foram selecionadas como características da categoria Gestão Compartilhada.

Ainda analisando as categorias do Indicador Participação e propondo uma avaliação dos projetos de extensão em sua diretriz “Impacto na Transformação Social”, observou-se a necessidade do estabelecimento da categoria Planejamento coletivo contínuo, englobando a categoria Avaliação coletiva do planejamento. Esta categoria, Planejamento coletivo contínuo, também carrega a necessidade de ser estabelecida a categoria Avaliações coletivas, demonstrando que ambas se completam, dando base a ações avaliativas de caráter formativo.

4.3.3 Análise das Categorias do Indicador Emancipação

A análise das categorias do Indicador Emancipação foi realizada a partir dos dados contidos no APÊNDICE C

Foi possível inferir, que a categoria Noção histórica e contextual própria do público alvo está contemplada nas categorias do Indicador Dialogicidade por se tratar do mesmo sentido da categoria Contextualização. Assim, em atendimento à qualidade de "exclusão mútua", que segundo Bardin (2016), uma categoria não pode existir em mais de uma divisão, determinei que esta categoria seria suprimida e já constaria como fator de avaliação no devido indicador, ou seja, a dialogicidade.

Considerando a categoria Atuação efetiva do público alvo em seus territórios, identifiquei que esta poderia substituir a categoria Atuação como agente de mudanças/Multiplicador, por se tratar de compreensões de uma mesma realidade. Desta forma, a categoria Atuação como agente de mudanças/Multiplicador foi suprimida.

Também retirei a categoria Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios pelas análises dos resultados demonstrarem se tratar de informação com possibilidade de ser avaliada na categoria Mudança no comportamento social do público alvo.

4.3.4 Determinando Categorias de Avaliação

A partir da leitura das falas nas entrevistas com pesquisadores e das falas nas narrativas com o público dos projetos, formulei as seguintes categorias e seus respectivos indicadores como roteiro da avaliação do “Impacto na Transformação Social”, conforme Tabela 5:

	INDICADORES		
	DIALOGICIDADE	PARTICIPAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
CATEGORIAS	Troca de Saberes	Metodologias Participativas	Projeto Político construído Coletivamente
	Espaços de Fala	Planejamento Coletivo Contínuo	Avaliação Processual
	Promoção de Interdisciplinaridade	Gestão Compartilhada	Avaliação da Limitação das Superestruturas
	Diagnóstico prévio sobre o Público Alvo	Avaliações Coletivas	Atuação efetiva do Público Alvo em seus Territórios
	Reformulação contínua de Ações		Mudança no Comportamento Social do Público Alvo
			Retorno e Relatos dos Atores do Contexto/Território

Tabela 5: Indicadores e respectivas Categorias de Avaliação

4.4 Produto: Avaliando os Projetos

Com as categorizações estabelecidas iniciei a análise dos projetos escolhidos, examinando a ocorrência ou ausência de categorias. Como a proposta desta análise está ligada à realização de avaliações continuadas de caráter formativo em projetos de extensão, ressaltamos sua perspectiva de capacidade de comparar os quadros das várias avaliações verificando o que foi corrigido e o que falta corrigir a partir da associação das falas com as categorias. Se ocorrer algum tipo de problema na tabela examinada ele deve ser tratado e reinicia-se nova fase de geração da tabela. Este ciclo se repete até que não seja mais necessário.

O primeiro indicador avaliado foi a “Dialogicidade”, conforme Tabela 6 a seguir.

INDICADOR DIALOGICIDADE - Perguntas 1 e 4 do Apêndice A Pergunta 3 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Troca de Saberes	“Quando eles (os alunos do projeto) trazem algo da realidade deles eles também nos modificam (pesquisadores do projeto)”. (Coordenadora do Projeto Letramento)	“Todos os professores sempre foram estimulados a participarem ativamente e de trocaram informações e conhecimento prévio.” (Aluna do Projeto de Formação de Professores)	“Desde a construção do curso a gente faz uma gestão compartilhada, integrando os técnicos, saberes.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)
Reformulação Contínua de Ações	“Nós temos uma pauta, mas quando o aluno apresenta uma situação que precisamos atender buscamos uma variação para que este aluno entenda o que é o mundo, tenha uma visão de mundo.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	O projeto político pedagógico do projeto é construído nas falas dos colegas. As demandas da escola, se não seria um faz de conta. Só para chamar atenção de uma coisa, algumas ações são para o coletivo e outras individualmente. Então essas demandas as vezes são compartilhadas com o coletivo e outras atendidas individualmente.” (Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)	
Espaços de Fala	“Quando você trabalha a fala você tem que saber qual o espaço que o aluno está, qual a comunidade que ele está. Cada comunidade tem sua fala. A sua língua é o que eles vão escrever em sala de aula.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)		“Todos aqueles que participaram do curso tiveram a oportunidade de obter narrativas ali muito particulares, extremamente didáticas, ricas. Você acaba se vendo naquelas experiências narradas ali e você acaba sendo ouvido.” (Aluno do Projeto de Formação em Direitos Humanos)

Tabela 6: Avaliação do Indicador Dialogicidade (Continua)

INDICADOR DIALOGICIDADE - Perguntas 1 e 4 do Apêndice A Pergunta 3 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Promoção de Interdisciplinaridade	“Fizemos atividades sobre ‘Saúde e Nutrição’ em que ao final todos, técnicos-administrativos/alunos de graduação e alunos do Projeto, fomos dar uma palestra em uma creche na Maré sobre o assunto”. (Coordenadora do Projeto Letramento)		
Diagnóstico prévio com o Público Alvo	“São os alunos que fazem parte deste trabalho. Sem eles não tem trabalho.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	“É importante dizer que de ano para ano o planejamento é organizado a luz daquilo que os colegas sinalizaram para a gente e das nossas observações. Então a gente vai atualizando esse primeiro planejamento, novas atividades, novas formas de avaliação a partir daquilo que os professores sinalizam pra gente. Não começa o ano sem levar em consideração os pontos abordados pelos professores.” (Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)	

Tabela 6: Avaliação do Indicador Dialogicidade

Desde que entrei no campo, além de tentar ser fiel o máximo possível ao planejamento da metodologia definida para a execução da pesquisa, procurei observar o que poderia encontrar de material de contribuição para o enriquecimento das ações dos projetos estudados, assim como para as ações da extensão universitária como um todo. Dentro desta perspectiva, ao propor e investigar o conceito de dialogicidade me deparei com o que vou procurar chamar sub conceito, a questão do reconhecimento mútuo e do mesmo modo, a questão da alteridade.

Em cada conversa para coleta dos dados dos três projetos, constatei o grau de engajamento de cada membro, o que efetivamente seria essencial para uma maior presença da categoria “Troca de Saberes” para uma posterior formação de condições de mudanças emancipadoras tanto individualmente como em grupo.

Em primeiro lugar, mostrou-se a necessidade de colocar o outro não em um papel de receptor, ou até mesmo de parceiro, mas sim o destacar como papel central de toda e qualquer ação. Em segundo lugar, demonstrou-se que a polarização entre membros da comunidade universitária e membros externos não valoriza a singularidade do outro. Da relação construída pelo respeito às diferenças é preciso firmar construções de reconhecimento do outro histórico e social.

Ao falarmos em categorias como “Espaços de fala” e “Diagnóstico prévio com o público alvo”, não podemos nos esquecer de levar em consideração a questão da categoria “Reformulação contínua de ações”. Em grande parte da entrevista com os Coordenadores dos Projetos percebi a preservação de dinâmicas de planejamento das equipes de forma dialógica, dando importância ao levantamento e definição de temas que sejam a base do trabalho. Percebi iniciativas de ações junto aos públicos alvo, como entrevistas prévias e reuniões, como diálogo com a finalidade de saber o que essas pessoas buscam nos projetos. Também, quais as suas percepções e realidades na tentativa de entender sua visão de mundo.

Ao constatar uma fala no Projeto Letramento que evidencia a presença da categoria “Promoção da Interdisciplinaridade”, pretendi detalhar um aspecto nas relações a serem estabelecidas entre a comunidade acadêmica e grupos, assim como, seus respectivos territórios, com o objetivo de evidenciar pressupostos subjacentes a métodos e processos a serem instalados, de modo que possam ser utilizados como um conjunto de prescrições metodológicas para o planejamento e desenvolvimento dos projetos de extensão universitária.

Continuando o processo de avaliação, o indicador “Participação” foi o segundo a ser analisado, conforme a Tabela 7.

INDICADOR PARTICIPAÇÃO - Pergunta 2 do Apêndice A Pergunta 4 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Metodologias Participativas	“No projeto nós formamos um grupo só.” (Aluno do Projeto Letramento)		
Planejamento Coletivo Contínuo		“Nós temos um planejamento e este planejamento é construído a partir das observações nossas e daquilo que os colegas professores sinalizam para a gente. Eles vão sinalizando para a gente não ao final de um ano do projeto, mas ao final de cada etapa deste planejamento, ao final de cada encontro. Ao final de todos os encontros eles avaliam, eles sinalizam pra gente o que precisa ser aprimorado daquele encontro. E ao final do projeto, aí eles fazem uma avaliação mais sistematizada. Tem três fontes: a observação da gente de como nós planejamos e o que aconteceu na vida real, as sinalizações a cada encontro que eles apresentam pra gente e uma avaliação sistemática ao final do trabalho... Além disso a gente houve a coordenadoria regional de educação, as direções das escolas e, na medida do possível, o que os alunos, as crianças apontam pra gente nestes encontros. Como a gente decide isso entre nós, a gente tenta chegar a um consenso progressivo ouvindo eles e aquilo que a gente acredita também. Tem um projeto político no desenvolvimento do trabalho então nós não abrimos mão daquilo que nós acreditamos.” (Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)	

Tabela 7: Avaliação do Indicador Participação (Continua)

INDICADOR PARTICIPAÇÃO - Pergunta 2 do Apêndice A Pergunta 4 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Gestão Compartilhada	“Nós que fazemos parte do projeto temos que buscar o melhor.” (Aluno do Projeto Letramento)	“Durante todo o percurso a gente tinha uma avaliação para ir tentando ajudar a modificar conforme os interesses de todos, os professores, os alunos, os técnicos.” (Monitor/Graduando de Engenharia Elétrica do Projeto de Formação de Professores)	“As decisões são todas feitas coletivamente.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)
Avaliações Coletivas	“São os alunos que fazem parte deste trabalho. Sem eles não tem trabalho.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)		

Tabela 7: Avaliação do Indicador Participação

É evidente uma característica de complementaridade de participação no sistema de planejamento e realização das ações dos Projetos de Formação de Professores e Direitos Humanos. Ou seja, a participação é tratada como uma necessidade posterior de atuação da comunidade fim do Projeto. Nessa conjuntura, percebe-se a necessidade de processos avaliativos que serviriam de análise de construção de conhecimento e ação.

Nesta pesquisa identifiquei de que modo a inserção de mecanismos de “Planejamento contínuo” no Projeto de Formação de Professores deve ser entendida como um instrumento para a construção e consolidação da transformação social, especialmente, no âmbito político da vida em comunidade. Nesse contexto, o cidadão, com direitos à cidadania plena, pode e deve desempenhar prerrogativas elencadas preliminarmente na gestão das ações extensionistas.

Fica demonstrado nas palavras do aluno do Projeto Letramento, no monitor do Projeto de Formação de Professores e da Coordenadora do Projeto de Direitos Humanos a preocupação em desenvolver ações com fundamentos de uma Gestão Compartilhada que necessita ser apoiada em avaliações coletivas.

Ações estas que precisam basear-se em um ideal de transformar profundas mudanças sociais através da empatia como uma reorganização das relações

humanas. Empatia como “a arte de se colocar no lugar do outro por meio da imaginação, compreendendo seus sentimentos e perspectivas e usando essa compreensão para guiar as próprias ações.” (KRZNARIC, 2015, p. 10)

Por último executamos a avaliação do indicador “Emancipação”, demonstrado na Tabela 8 abaixo.

INDICADOR EMANCIPAÇÃO - Pergunta 3 do Apêndice A Pergunta 6 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Projeto Político construído através da fala do coletivo	“O contato inicial com os alunos do projeto é feito através de um formulário em que eles respondem: ‘Porque eles abandonaram os estudos, porque eles voltaram a estudar, o que eles esperam, o que eles pretendem’”. (Coordenadora do Projeto Letramento)	“Trabalhamos de uma forma coletiva ...mas nós tentamos nos reunir no início do ano para ter um planejamento geral, uma visão mais geral, mas depois nós tentamos semana após semana adequar este plano a realidade dos professores, a realidade da escola a partir da realidade da escola, das várias limitações, tanto de pessoas como técnicas. É um elemento que vai se dando dentro de uma função adaptativa, de acordo com cada realidade” (Coordenador do Projeto de Formação de Professores)	“Nós propomos oficinas. Só que a idéia de oficina mesmo. De não levar o conhecimento pronto e acabado. Através das experiências desse público alvo iam trazendo o debate e podíamos formular ao longo das oficinas as propostas porque apesar da gente não ter ido direto neste público e perguntado o que eles gostariam.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)
Avaliação Processual	“Nós temos uma pauta, mas quando o aluno apresenta uma situação que precisamos atender buscamos uma variação para que este aluno entenda o que é o mundo, tenha uma visão de mundo.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	“Trabalhamos de uma forma coletiva ...mas nós tentamos nos reunir no início do ano para ter um planejamento geral, uma visão mais geral, mas depois nós tentamos semana após semana adequar este plano a realidade dos professores, a realidade da escola a partir da realidade da escola, das várias limitações, tanto de pessoas como técnicas. É um elemento que vai se dando dentro de uma função adaptativa, de acordo com cada realidade” (Coordenador do Projeto de Formação	

Tabela 8: Avaliação do Indicador Emancipação (Continua)

INDICADOR EMANCIPAÇÃO - Pergunta 3 do Apêndice A			
Pergunta 6 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Avaliação da limitação das superestruturas		<p>"Nós temos um planejamento e este planejamento é construído a partir das observações nossas e daquilo que os colegas professores sinalizam para a gente. Eles vão sinalizando para a gente não ao final de um ano do projeto, mas ao final de cada etapa deste planejamento, ao final de cada encontro. Ao final de todos os encontros eles avaliam, eles sinalizam pra gente o que precisa ser aprimorado daquele encontro. E ao final do projeto, aí eles fazem uma avaliação mais sistematizada. Tem três fontes: a observação da gente de como nós planejamos e o que aconteceu na vida real, as sinalizações a cada encontro que eles apresentam pra gente e uma avaliação sistemática ao final do trabalho... Além disso a gente houve a coordenadoria regional de educação, as direções das escolas e, na medida do possível, o que os alunos, as crianças apontam pra gente nestes encontros. Como a gente decide isso entre nós, a gente tenta chegar a um consenso progressivo ouvindo eles e aquilo que a gente acredita também. Tem um projeto político no desenvolvimento do trabalho então nós não abrimos mão daquilo que nós acreditamos."</p> <p>(Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)</p>	
Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios	<p>"Temos como preocupação formar os alunos como agente da sua comunidade."</p> <p>(Coordenadora do Projeto Letramento)</p>		

Tabela 8: Avaliação do Indicador Emancipação (Continua)

INDICADOR EMANCIPAÇÃO - Pergunta 3 do Apêndice A Pergunta 6 do Apêndice B			
CATEGORIA	LETRAMENTO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	DIREITOS HUMANOS
Mudança no comportamento social do público alvo	“O projeto vem pelos alunos.” (Aluno do Projeto Letramento)	“Há uma mudança significativa nos professores das escolas. Acho que muda muito a visão, a convivência, a visão de mundo. Da minha parte e dos professores, alunos do curso.” (Monitor/Graduando de Engenharia Elétrica do Projeto de Formação de Professores)	“Você levando a educação como proposta emancipatória eu me vejo emancipado em um curso desse. Consegui dar mais um passo a frente em relação a ter um pensamento mais digno, um tratamento mais justo com as pessoas. Então, me desnaturalizou e desconstruiu preconceitos e atavismos que eu tinha anteriormente e naturalizei novas questões e novos conceitos. Vou até usar uma frase de Guimarães Rosa: ‘Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa’. Então, desconfio que eu sei um pouco melhor, um ser humano melhor para viver nesse mundo aí que a gente sabe como que é.” (Aluno do Projeto de Formação e Direitos Humanos)
Retorno e relatos dos atores da comunidade	“O professor ensina, mas também aprende muito com os alunos, eles têm um universo diferenciado.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)		“Todos aqueles que participaram do curso tiveram a oportunidade de obter narrativas ali muito particulares, extremamente didáticas, ricas. Você acaba se vendo naquelas experiências narradas ali e você acaba sendo ouvido.” (Aluno do Projeto de Formação em Direitos Humanos)

Tabela 8: Avaliação do Indicador Emancipação

Ao avaliar este indicador fica ressaltado a demanda de colocar a territorialidade como centro de integração e formação do cidadão nos processos de desenvolvimento de projetos extensionistas. Também pensarmos mais na incorporação do desenho dos respectivos grupos a que se destinam os projetos e seus territórios com foco na transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas em atendimento as categorias “Avaliação da limitação das

superestruturas”, “Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios” e “Mudança no comportamento social do público alvo”.

Definitivamente, nesta territorialidade, estabelecer métodos que visam incentivar o desenvolvimento de um “Projeto Político construído através da fala do coletivo”, construindo um conhecimento comum voltado para a compreensão e transformação da realidade existente. Observamos em que medida aquele membro ou dado grupo consegue perceber esta realidade e se tornam agente de mudanças ou prioridades definidas por aquele coletivo e os reflexos de suas ações.

Analisei como a participação efetiva do indivíduo influencia sua própria construção. Conclui que a construção fortalece o indivíduo e, conseqüentemente, seu grupo para enfrentar desafios, barreiras, obstáculos e limitações, com poder de decisão e visão crítica.

Senti falta de enxergamos o público alvo dos projetos como possíveis agentes multiplicadores com o papel de mobilizar, facilitar, motivar e inspirar sua comunidade. A proposta seria deste indivíduo sugerir, orientar, instigar, escutar, acolher e valorizar em atendimento as demandas do coletivo, contribuindo para que o conhecimento e as experiências sejam construídos conjuntamente, levando em consideração o que for trazido e produzido pelo grupo e por cada pessoa.

Através das falas dos coordenadores, também observei a necessidade de “Avaliações processuais” como ferramenta de análise quanto ao alcance dos objetivos dos projetos e em que medida. Assim como uma forma de devolutiva ao grupo ou comunidade a que se destinam os projetos.

O desenvolvimento de projetos no âmbito deste movimento consolidaria uma relação entre as comunidades e a Universidade como forma de “Retorno e relatos de atores dos territórios e contextos dos projetos”, retroalimentando as ações extensionistas e o papel social da Universidade, assim como apontando os pontos positivos e os pontos a melhorar. Esta necessidade fica clara nas palavras de uma coordenadora quando disse ao ser entrevistada:

“A idéia de ir aos locais através do desenvolvimento de uma ação. Ter um retorno de como está hoje. Desafios que tem a ver com nosso objetivo, mas dentro das ações que a gente se programou não fugirmos dela, mas que no futuro nós estamos abertos a fazer.” (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esta pesquisa, ao tecer considerações sobre o meu tema de estudo, percebo que já não sou a mesma pessoa como servidora pública, como vontade de ser pesquisadora e aluna, assim como mulher. Como pesquisadora, compreendi que, além de busca de conhecimentos, pesquisar significa ampliar visão de mundo, praticar o fazer político e nos proporcionar o entendimento do outro. Como estudante, reforcei a certeza de que a Educação mais do que aprisionar as pessoas em conceitos e hierarquias, deve ser uma Educação que liberta, que emancipa e que cria condições dos indivíduos atuarem segundo suas necessidades, verdades e experiências. Como mulher me sinto mais preparada para marcar meus espaços de trabalho, de presença, de igualdade e, por que não, de lutas coletivas. Como servidora, compreendi, finalmente, como dar sentido a minha função e a Instituição em que atuo, entendendo quais os princípios dos caminhos de busca por mudanças para o bem do coletivo interno à Universidade e seus grupos de destino de suas atividades de Ensino, Pesquisa e a tão necessária e ampla Extensão Universitária.

Durante a realização desta pesquisa, através dos referenciais teóricos e da empiria como procedimento no campo, obtive subsídios para responder à questão de pesquisa de que é possível definirmos indicadores que nos dê base de argumentação em avaliações da quinta diretriz para as ações de Extensão Universitária “Impacto na Transformação Social”. Análises que têm como meta contribuir para a eficácia dos planejamentos e efetivas realizações de ações de extensão universitária.

Os indicadores foram obtidos a partir da base teórica dos projetos de extensão universitária, o que permite a utilização destas em projetos que sigam a mesma base teórica. As categorias foram coletadas através da empiria embasada pela teoria relativa aos indicadores, passando por uma avaliação aplicada em três projetos de extensão.

Todos os projetos de extensão devem passar por vários processos de avaliação para acompanhamento e correção de rumos. As categorias são importantes para marcar pontos a comparar entre as avaliações, permitindo, assim, termos um panorama sobre a evolução dos projetos.

As categorias também são importantes para a preparação de questionários ou narrativas sobre projetos de extensão, por marcarem aspectos centrais para os projetos.

Na medida em que as categorias sejam utilizadas a práxis poderá implicar em adequar o conjunto de categorias dinamicamente às novas conclusões advindas dessa práxis.

A Extensão Universitária está em permanente processo de transformação por possíveis novas demandas da Comunidade Universitária ou dos grupos, comunidades ou contextos a que se destinam nossas ações. Portanto, devemos constantemente reavaliar nossas práticas a fim de continuarmos atendendo às exigências necessárias para uma transformação efetiva e o atendimento às expectativas de cada território trabalhado.

Ainda como contribuições, após analisar as respostas e narrativas dos Coordenadores, Alunos e Público dos Projetos de Extensão da UFRJ, conclui que:

- Ao atendimento da quinta diretriz da Extensão Universitária, “Impacto na Transformação Social”, os projetos devem analisar a necessidade de discussão de suas orientações metodológicas participativas que prezem pela dialogicidade e interdisciplinaridade (assuntos referentes a primeira e segunda diretrizes).
- No atendimento à terceira diretriz e na busca de uma educação emancipadora, perceber a necessidade de princípios institucionais que garantam a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Consequentemente a quarta diretriz, Impacto na Formação do Estudante, deverá ser atendida efetivamente.
- As ações de extensão da Universidade se estabelecem como protagonistas no exercício do papel social da UFRJ. Tanto através das atividades extensionistas em si como através do envolvimento de seu corpo discente nestas ações.
- A importância, mesmo que os objetivos de transformação não sejam plenamente alcançados, destas ações da Extensão na vida individual e coletiva dos grupos e comunidades a que se destinam. Demonstrado nas seguintes declarações:

“Esse projeto me ajudou a me tirar de uma depressão, me tirar da angústia, daquelas coisas ruins de quem ficou viúva. Estudando no projeto, tudo isso me ajudou muito porque hoje em dia eu sou outra pessoa. Às vezes eu fico me olhando no espelho e falo – ‘Puxa, garota, você mudou muito. Você tá bonita.’” (Aluna do Intermediário do Projeto Letramento de Jovens e Adultos da COPPE)

“O projeto me ajudou em muita coisa. Pelo menos eu estou aprendendo. Muita coisa que eu não sabia agora estou sabendo. Eu chamo as pessoas de onde eu moro que não sabem ler nem escrever...” (Aluna do Básico do Projeto Letramento de Jovens e Adultos da COPPE)

“O Projeto me ensinou a eu tirar meu próprio salário dos pagamentos no caixa eletrônico. Mais uma coisa que eu precisava porque eu tinha muita preocupação comigo mesmo porque meus filhos já sabiam. Eles diziam: ‘Pai, o senhor era para me ensinar.’ Eu falei eu vou estudar na Universidade de novo. E meus filhos diziam: ‘Muito bem, pai. Vai em frente’. O projeto é uma vida. É uma vida para aquele que precisa. O projeto significa a saúde, a sabedoria, a inteligência. Tudo nós criamos dentro deste projeto. Porque o CT é o centro da sabedoria. Muitos tem vontade de entrar e não conseguem.” (Aluno do Avançado do Projeto Letramento de Jovens e Adultos da COPPE)

“Foi muito estimulante, eu saí da minha zona de conforto. Aprendi a lidar melhor com a tecnologia e a ter uma visão mais crítica sobre seu uso na escola e com os alunos.” (Aluna do Projeto de Formação Continuada de Professores)

“O curso amplia. Ampliou minha capacidade de análise. As atividades que foram propostas foram muito impactantes. Teve o jogo do privilégio. Foi uma experiência absolutamente marcante. E não causou só impacto em mim, mas o público que ali estava percebeu muito bem isso. Outro ponto também é o acúmulo intelectual, que é inevitável. E na minha prática profissional dentro de um ambiente militar, que é extremamente conservador, que é estruturalmente verticalizado no que tange as suas relações de subordinação, me ajudou bastante porque eu lido com pessoas de todas as categorias, até mesmo categorias sociais, dentro da estrutura militar com patentes das mais iniciais até as mais elevadas. Então, isso me possibilitou qualificar a minha análise em relação ao ambiente que estou inserido. A importância do debate da temática. Vejo que Direitos Humanos é transversal a vida de todos nós. Não tem como a gente esvaziar este debate. Não tem como eu viver sem falar de Direitos Humanos. Que meu próprio ato existencial é um direito humano. Te dá uma perspectiva de vida muito melhor. Você participa de um processo de educação emancipatória. Consegui dar mais um passo a frente em relação a ter um pensamento mais digno, um tratamento melhor com as pessoas. Me desnaturalizou e me desconstruiu preconceitos e atavismos que eu tinha anteriormente e naturalizei novas questões e novos conceitos. Eu desconfio que saí uma pessoa um pouco melhor.” (Aluno do Projeto Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público)

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de entrar mais profundamente no tema, dando voz aos participantes para ter o depoimento de pessoas, ou seja, ao público alvo, para que posteriormente estes dados possam ser úteis no sentido de propiciar uma reflexão para auxiliar os projetos em seus desenvolvimentos. Esta constatação me leva a sugerir formas de avaliar, considerando sua importância para a extensão e a possibilidade de, a partir dos indicadores e suas respectivas categorias, propiciar aos membros do projeto o aprimoramento de seus processos de ação. Mesmo sabendo que a avaliação da diretriz “Impacto na Transformação Social” não é o único fator importante em avaliações de projetos de extensão,

entendo que este é um fator relevante, por ser de grande auxílio na análise da devolutiva das ações.

Desse modo, observei que se desejarmos buscar mudanças no perfil dos projetos, devemos possuir um novo olhar sobre os seus objetivos. Iniciativas de avaliação que leve em conta as características, realidades e necessidades de melhorias das ações extensionistas.

Entendo que a combinação do planejamento das ações dos projetos com as categorias apontadas pela pesquisa de campo proporciona uma gama de informações fundamentadas que podem servir de parâmetros para a avaliação proposta e, assim, auxiliar na tomada de decisões visando a melhoria do desempenho dos projetos de extensão.

Contudo, me foi possível constatar a relevância de se compreender melhor o universo da Extensão Universitária, em especial, dado a minha afinidade e preocupação com o tema pesquisado, a extensão como papel social da Universidade Pública. Compreendi, principalmente, o quanto este conhecimento pode interferir no sentido de mudança de atitude. Porém, é evidente a necessidade de dar crédito a este processo de investigação para compreender em que medida podemos avaliar o alcance dos objetivos dos projetos e subsidiar ações por parte dos extensionistas.

Dessa forma, concluo que é necessário planejarmos os espaços voltados para a extensão, bem como, mais processos avaliativos com a finalidade de estimular reflexões como “Onde queremos chegar?” e “Para quem queremos atuar estimulando a participação e emancipação?”

É neste sentido que apresento como produto final desta dissertação uma proposta de avaliação cujo objetivo é analisar a diretriz da extensão que demonstra a necessidade de pensarmos e refletirmos como podemos contribuir para aqueles que necessitam ser ouvidos segundo suas experiências e necessidades, ser incluídos e encontrar oportunidades de conquistar autonomia e emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubens. **Conversas com quem Gosta de Ensinar**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1980.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza; DOS SANTOS, Nilton César. **Definição de Objetivos e Construção de Indicadores visando à Triangulação**. MINAYO, Maria Cecília de Souza; DE ASSIS, Simone Gonçalves; DE SOUZA, Edinilsa Ramos (Orgs). **In: Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Instituto Souza Cruz, 2005.
- BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-Ação: Uma Metodologia do “Conhecer” e do “Agir” Coletivo**. Revista Sociedade em Debate, v. 7, n. 2, p. 05-25, ago. 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Livraria Martins Fontes: São Paulo, 2016.
- BORDA, Orlando Fals. **El Problema de Cómo Investigar la Realidad para Transformarla**. Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia. 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Lei nº 477**. Brasília, 1969.
- _____. **Estatuto das Universidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, 1931.
- _____. **Lei Básica da Reforma Universitária**. Brasília, 1968.
- _____. **Programa Nacional de Educação - Lei nº 13.005**. Brasília, 2014.
- CANO, Ignacio. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. Campinas: Editora Autores Associados, 2015.
- FAGUNDES, Helenara; DE MOURA, Alessandra Ballinhas. **Avaliação de Programas e Políticas Públicas**. Revista Textos e Contextos, v. 8, n.1, p. 89-103, jan./jun. 2009.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, mai. 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

_____ **A Educação na Cidade**. São Paulo Cortez, 6 2d. 2005.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 60ª Edição. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2016.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. Rio de Janeiro: Editora Alínea, 2016.

JARDIM, Lisandra Ferreira. **A Intencionalidade Formativa Expressa nos Projetos Pedagógicos da Escolas Rurais de Ensino Fundamental Completo da Cidade de Pelotas/RS: Fundamentado na Concepção Marxiniana de Emancipação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS.

KRZYNARIC, Roman. **O Poder da Empatia: A Arte de se colocar no Lugar do Outro para Transformar o Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

LIANZA, S.; ADDOR, F. **Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2011.

MARCON, Sonia Silva; ELSEN, Ingrid. **Estudo Qualitativo utilizando Observação Participante**. Revista Acta Scientiarum, v. 22, n. 2, p.637-647, mai. 2000.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Editora Vozes: Petrópolis, 2009.

_____ **Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças**. Revista Brasileira de Educação Médica, v.33, n. 1, p. 83-91, jan. 2009.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Editora Cortez: São Paulo, 2011.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR., Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. **Entrevistas Narrativas: Um Importante Recurso em Pesquisa Qualitativa**. Revista Escola de Enfermagem USP, v.48, p. 193-199, 2014.

NASCIMENTO, Claudio. **O Princípio da Autogestão Comunal - Tomo 2**. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2011.

NUNES, Larissa Soares; DE PAULA, Luciane; BERTOLASSI, Thiago; FARIA NETO, Antonio. **A Análise da Narrativa como Instrumento para Pesquisas Qualitativas**. Revista Ciências Exatas, v. 23, n. 1, p. 9-17, 2017.

PAULA, João Antônio de. **A Extensão Universitária: História, Conceito e Propostas**. Interfaces – Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

Pró-Reitoria de Extensão – PR5. UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: www.ufrj.br/pro-reitoria-de-extensao-pr-5. Acesso em 31/03/2018.

RIBEIRO, Elisa Antonia. **A Perspectiva da Entrevista na Investigação Qualitativa**. Revista Evidência, n. 4, p. 129-148, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 2004.

_____ **Da Idéia de Universidade à Universidade de Idéias**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 27/28, p. 11-62, jun.1969.

_____ **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão Social: Metodologia e Casos**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2002.

_____ **Avaliação de Projetos Comunitários: Abordagem Prática**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

THIOLLENT, Michel (Org). **Extensão Universitária: Conceitos, Métodos e Práticas**. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

_____ **Aspectos Qualitativos da Metodologia de Pesquisa com Objetivos de Descrição, Avaliação e Reconstrução**. Cadernos de Pesquisa, (49): 45-50, maio 1984.

PICADO, Xinia. **Las Metodologías de Evaluación para Programas Sociales: Una Necesidad en Costa Rica**. Revista Centroamericana de Administración Pública (17): 85-104, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Projeto Letramento de Jovens e Adultos

Quadro de Categorização a partir de Operação de Inferências

FALAS	DIALOGICIDADE	PARTICIPAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
<p>“O contato inicial com os alunos do projeto é feito através de um formulário em que eles respondem: ‘Porque eles abandonaram os estudos, porque eles voltaram a estudar, o que eles esperam, o que eles pretendem’”. (Coordenadora do Projeto Letramento)</p>	<p>Espaços de Fala</p> <p>Estímulo a participação</p> <p>Diagnóstico prévio sobre o público alvo</p> <p>Pesquisa sobre a Comunidade Fim</p>	<p>Participação Individual</p>	<p>Noção histórica e contextual própria do público alvo</p> <p>Projeto Político construído através da fala do coletivo</p> <p>Retorno e relatos dos atores da comunidade</p>
<p>“Fizemos atividades sobre ‘Saúde e Nutrição’ em que ao final todos, técnicos-administrativos/alunos de graduação e alunos do Projeto, fomos dar uma palestra em uma creche na Maré sobre o assunto”. (Coordenadora do Projeto Letramento)</p>	<p>Troca de Saberes</p> <p>Estímulo a participação</p> <p>Promoção de Interdisciplinaridade</p>	<p>Metodologias participativas</p> <p>Parceria entre os pesquisadores e comunidades ou grupos</p> <p>Ações de potencialização das atividades do ator da comunidade</p> <p>Gestão compartilhada</p>	<p>Atuação efetiva do público alvo nos Territórios</p> <p>Mudança no comportamento social do público alvo</p> <p>Atuação como agente de mudanças/Multiplicador</p>
<p>“Quando eles (os alunos do projeto) trazem algo da realidade deles eles também nos modificam (pesquisadores do projeto)”. (Coordenadora do Projeto Letramento)</p>	<p>Troca de Saberes</p>	<p>Participação individual</p> <p>Parceria entre os pesquisadores e comunidades ou grupos</p> <p>Gestão compartilhada</p>	<p>Retorno e relatos dos atores da comunidade</p>
<p>“Nós temos uma pauta, mas quando o aluno apresenta uma situação que precisamos atender buscamos uma variação para que este aluno entenda o que é o mundo, tenha uma visão de mundo.” (Professor/Graduando de</p>	<p>Atendimento as diferenças</p> <p>Contextualização</p> <p>Espaço de reflexão crítica</p>		<p>Avaliação Processual</p> <p>Retorno e relatos</p>

Letras do Projeto Letramento)	Conhecimento de Mundo Reformulação contínua de ações		dos atores da comunidade
“Nós trabalhamos muito a vida e pensamento do aluno.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	Contextualização		Noção histórica e contextual própria do público alvo Projeto Político construído através da fala do coletivo
“O professor ensina, mas também aprende muito com os alunos, eles têm um universo diferenciado.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	Troca de Saberes Atendimento as diferenças		Noção histórica e contextual própria do público alvo Retorno e relatos dos atores da comunidade
“Quando você trabalha a fala você tem que saber qual o espaço que o aluno está, qual a comunidade que ele está. Cada comunidade tem sua fala. A sua língua é o que eles vão escrever em sala de aula.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	Contextualização Espaços de fala Pesquisa sobre a comunidade fim	Representatividade dos grupos Metodologias participativas	Retorno e relatos dos atores da comunidade
“São os alunos que fazem parte deste trabalho. Sem eles não tem trabalho.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	Planejamento coletivo Diagnóstico prévio com o público alvo Pesquisa sobre a comunidade fim Processos de construção coletiva	Avaliações coletivas Metodologias participativas Momentos de integração Parceria entre os pesquisadores e comunidades ou grupos Gestão compartilhada	Projeto Político construído através da fala do coletivo
“No projeto nós formamos um grupo só.” (Aluno do Projeto Letramento)	Estímulo a Participação	Momentos de Integração Metodologias participativas	
“O que ajuda o projeto são os estudos, as pessoas que trabalham, são os alunos que vão para estudar.” (Aluna do Projeto Letramento)	Troca de Saberes	Participação Individual Proposições individuais Metodologias participativas	
“O que é bacana no projeto é o aluno sentir que ele participa neste projeto”. (Coordenadora do Projeto		Participação individual	

Letramento)		Metodologias participativas	
“É o aluno saber definir em que nível ele se sente seguro e apto para estar”. (Coordenadora do Projeto Letramento)	Atendimento as diferenças Diagnóstico prévio com o público alvo Pesquisa sobre a comunidade fim	Pesquisa sobre a comunidade fim	Retorno e relatos dos atores da comunidade
“Temos que utilizar sempre com eles o termo ‘conhecimento de mundo’ para eles poderem conquistar o mundo.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)	Conhecimento de Mundo Espaço de reflexão crítica		Noção histórica e contextual própria do público alvo
“Nós que fazemos parte do projeto temos que buscar o melhor.” (Aluno do Projeto Letramento)		Espaços de decisões e enfrentamento de problemas Gestão compartilhada	
“O projeto vem pelos alunos.” (Aluno do Projeto Letramento)			Mudança no comportamento social do público alvo Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
“Temos como preocupação formar os alunos como agente da sua comunidade.” (Coordenadora do Projeto Letramento)			Atuação efetiva do público alvo em seus territórios Atuação como agente de mudanças/ Multiplicador
“Trabalho o dia a dia deles, como números para saber qual o ônibus, quando vai fazer uma compra. Uma aluna me disse que só saía de casa com a filha.” (Professor/Graduando de Letras do Projeto Letramento)			Mudança no comportamento social do público alvo Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
“O projeto me ensinou muita coisa. Aprendi a ler e a escrever mais rápido. Posso ver meu salário, o Caixa Eletrônico. Era uma coisa que me preocupava muito.”			Mudança no comportamento social do público alvo

(Aluno do Projeto Letramento)			Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
“Meu filho dizia para mim: ‘Pai você tinha que ensinar para nós’.” (Aluno do Projeto Letramento)			Atuação do público alvo nos Núcleos familiares
“O projeto é uma vida. É uma vida pra gente que precisa. Significa a saúde, a sabedoria, a inteligência. Entendimento tudo nós criamos neste projeto porque nós estamos trabalhando dentro da sabedoria. Porque o CT é o lugar da sabedoria que muitos tem vontade de entrar e não consegue.” (Aluno do Projeto Letramento)			Mudança no comportamento social do público alvo Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
“Eu fiquei viúva. Este projeto ajudou a me tirar da depressão, daquela angústia, choro. Então o que que eu fiz, estudando informática, estudando, tudo isso me fez ser outra pessoa”. (Aluna do Projeto Letramento)			Mudança no comportamento social do público alvo Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
“Eu as vezes me olho no espelho e digo você mudou muito, tá bonita.” (Aluna do Projeto Letramento)			Mudança no comportamento social do público alvo
“Para mim o projeto mudou muita coisa. O importante sou eu.” (Aluna do Projeto Letramento)			Mudança no comportamento social do público alvo

APÊNDICE B

Curso de Formação continuada de Professores com foco na Produção de Atividades Educacionais a serem desenvolvidas nas dependências dos Laboratórios de Informática das Escolas Públicas e do LIpE

Quadro de Categorização a partir de Operação de Inferências

FALAS	DIALOGICIDADE	PARTICIPAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
<p>“Trabalhamos de uma forma coletiva ...mas nós tentamos nos reunir no início do ano para ter um planejamento geral, uma visão mais geral, mas depois nós tentamos semana após semana adequar este plano a realidade dos professores, a realidade da escola a partir da realidade da escola, das várias limitações, tanto de pessoas como técnicas. É um elemento que vai se dando dentro de uma função adaptativa, de acordo com cada realidade” (Coordenador do Projeto de Formação de Professores)</p>	<p>Planejamento coletivo</p> <p>Diagnóstico prévio com o público alvo</p> <p>Reformulação contínua de ações</p> <p>Pesquisa sobre a comunidade fim</p> <p>Processos de construção coletiva</p>	<p>Avaliações coletivas</p> <p>Decisões coletivas</p> <p>Metodologias participativas</p> <p>Avaliação coletiva do planejamento</p> <p>Planejamento coletivo contínuo</p> <p>Gestão compartilhada</p>	<p>Projeto Político construído através da fala do coletivo</p> <p>Avaliação processual</p>
<p>“É importante dizer que de ano para ano o planejamento é organizado a luz daquilo que os colegas sinalizaram para a gente e das nossas observações. Então a gente vai atualizando esse primeiro planejamento, novas atividades, novas formas de avaliação a partir daquilo que os professores sinalizam pra gente. Não começa o ano sem levar em consideração os pontos abordados pelos professores.” (Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)</p>	<p>Planejamento coletivo</p> <p>Diagnóstico prévio com o público alvo</p> <p>Reformulação contínua de ações</p> <p>Pesquisa sobre a comunidade fim</p> <p>Processos de construção coletiva</p>	<p>Avaliações coletivas</p> <p>Decisões coletivas</p> <p>Metodologias participativas</p> <p>Avaliação coletiva do planejamento</p> <p>Planejamento coletivo contínuo</p> <p>Gestão compartilhada</p>	<p>Projeto Político construído através da fala do coletivo</p> <p>Avaliação processual</p>
<p>“A gente ouve muito o professor. O que ele passa na sala de aula, o que ele precisa” (Coordenadora do Projeto de Formação de</p>	<p>Espaços de fala</p>	<p>Proposições individuais</p>	<p>Avaliação da limitação das superestruturas</p>

Professores)	Espaço de reflexão crítica	Metodologias participativas	
<p>“O projeto político pedagógico do projeto é construído nas falas dos colegas. As demandas da escola, se não seria um faz de conta. Só para chamar atenção de uma coisa, algumas ações são para o coletivo e outras individualmente. Então essas demandas as vezes são compartilhadas com o coletivo e outras atendidas individualmente.” (Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)</p>	<p>Planejamento coletivo</p> <p>Atendimento as diferenças</p> <p>Estímulo a participação</p> <p>Processos de construção coletiva</p>	<p>Avaliações coletivas</p> <p>Decisões coletivas</p> <p>Metodologias participativas</p> <p>Participação individual</p> <p>Avaliação coletiva do planejamento</p> <p>Planejamento coletivo contínuo</p> <p>Proposições individuais</p>	<p>Projeto político construído através da fala do coletivo</p>
<p>“O tempo em que este professor está aqui com a gente garantimos que ele participou de um espaço de reflexão crítica, ..., a favor de quem nós estamos trabalhando, tem que continuar melhorando. Eu acho que mesmo aquele que não incorpora nada na sua prática, ele sai nesse movimento de pensar. Acho que muito do que a gente não consegue alcançar se dá pelo chão da escola, pelas dificuldades que o professor acaba encontrando. Alguns são pró ativos e outros não, tem mais medo. Acaba voltando para sua zona de conforto. Porque este processo de transformação também te deixa inseguro. Você vai se deparar com o que você não viveu antes. Garantir este espaço de reflexão a gente garante, mas transformar a gente não consegue plenamente. Eu acho que mesmo que o professor não utilize aquele conhecimento, vai mexer com a prática</p>	<p>Espaços de fala</p> <p>Espaço de reflexão crítica</p>	<p>Momentos de integração</p>	<p>Retorno e relatos dos atores da comunidade</p>

dele. Eu acho que ele sai com alguma noção de um movimento diferente.” (Coordenadora do Projeto de Formação de Professores)			
“Há uma mudança significativa nos professores das escolas. Acho que muda muito a visão, a convivência, a visão de mundo. Da minha parte e dos professores, alunos do curso.” (Monitor/Graduando de Engenharia Elétrica do Projeto de Formação de Professores)			Mudança no comportamento social do público alvo Atuação do público alvo nos Núcleos Familiares
“Nós percebemos que o professor passa a pressionar não só a escola, mas o governo, a investir...a melhorar esse espaço.” (Monitor/Graduando de Engenharia Elétrica do Projeto de Formação de Professores)			Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios Mudança no comportamento social do público alvo Atuação como agente de mudanças/Multiplicador
“O curso foi muito estimulante, eu saí da minha zona de conforto. Aprendi a lidar melhor com a tecnologia e a ter uma visão mais crítica sobre seu uso na escola e com os alunos.” (Aluna do Projeto de Formação de Professores)	Espaço de reflexão crítica	Ações de potencialização das atividades do ator na comunidade ou grupos	Mudança no comportamento social do público alvo

APÊNDICE C

Curso de Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público

Quadro de Categorização a partir de Operação de Inferências

FALAS	DIALOGICIDADE	PARTICIPAÇÃO	EMANCIPAÇÃO
<p>“Nós propomos oficinas. Só que a idéia de oficina mesmo. De não levar o conhecimento pronto e acabado. Através das experiências desse público alvo iam trazendo o debate e podíamos formular ao longo das oficinas as propostas porque apesar da gente não ter ido direto neste público e perguntado o que eles gostariam.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)</p>	<p>Planejamento coletivo</p> <p>Diagnóstico prévio com o público alvo</p> <p>Problematização</p> <p>Espaço de reflexão crítica</p> <p>Estímulo a participação</p> <p>Processos de Construção Coletiva</p> <p>Pesquisa sobre a comunidade fim</p>	<p>Decisões coletivas</p> <p>Metodologias participativas</p> <p>Espaços de decisões e enfrentamento de problemas</p> <p>Momentos de integração</p> <p>Planejamento coletivo contínuo</p> <p>Gestão compartilhada</p>	<p>Projeto político construído através da fala do coletivo</p>
<p>“Desde a construção do curso a gente faz uma gestão compartilhada, integrando os técnicos, saberes.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)</p>	<p>Espaço de reflexão crítica</p> <p>Promoção de Interdisciplinaridade</p> <p>Troca de saberes</p>	<p>Gestão compartilhada</p>	<p>Projeto político construído através da fala do coletivo</p>
<p>“Todos aqueles que participaram do curso tiveram a oportunidade de obter narrativas ali muito particulares, extremamente didáticas, ricas. Você acaba se vendo naquelas experiências narradas ali e você acaba sendo ouvido.” (Aluno do Projeto de Formação em Direitos Humanos)</p>	<p>Espaços de fala</p>		<p>Retorno e relatos dos atores da comunidade</p>
<p>“A partir de uma avaliação do curso eles dizem que ‘isso eu vou poder levar e eu vou influenciar no meu espaço de trabalho.’”</p>			<p>Retorno e relatos dos atores da comunidade</p>

(Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)			
“Com o retorno deles podemos observar que os objetivos foram alcançados na medida em que eles conseguem perceber. A gente acredita que potencializa, a gente mobiliza o público alvo para reflexão crítica.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)			Retorno e relatos dos atores da comunidade
“O curso ampliou minha capacidade de análise. O acúmulo intelectual foi inevitável. Me possibilitou a qualificar minha análise em relação ao ambiente que eu estou inserido no debate desta temática.” (Aluno do Projeto Formação em Direitos Humanos)			Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios Mudança no comportamento social do público alvo Atuação como agente de mudanças/Multiplicador
“Você levando a educação como proposta emancipatória eu me vejo emancipado em um curso desse. Consegui dar mais um passo a frente em relação a ter um pensamento mais digno, um tratamento mais justo com as pessoas. Então, me desnaturalizou e desconstruiu preconceitos e atavismos que eu tinha anteriormente e naturalizei novas questões e novos conceitos. Vou até usar uma frase de Guimarães Rosa: ‘Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa’. Então, desconfio que eu sei um pouco melhor, um ser humano melhor para viver nesse mundo aí que a gente sabe como que é.” (Aluno do Projeto de Formação e Direitos Humanos)			Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios Mudança no comportamento social do público alvo Atuação como agente de mudanças/Multiplicador
“Os alunos se identificavam muito na questão de não saber e perceber que faziam alguma coisa nos seus ambientes de trabalho. Então assim eles não sabiam que as vezes eles tinham ações que não sabiam que eram respaldadas por legislações. Algumas pessoas perceberam que tinham a			Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios Mudança no comportamento social do público alvo

garantia de executar o que elas já faziam.” (Bolsista/Graduanda de Serviço Social do Projeto de Formação em Direitos Humanos)			Atuação como agente de mudanças/Multiplicador
“As decisões são todas feitas coletivamente.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)		Gestão compartilhada Momentos de Integração Metodologias participativas	
“Os alunos trazem problemas que vão alimentando os conteúdos.” (Bolsista/Graduanda de Serviço Social do Projeto de Formação em Direitos Humanos)		Representatividade dos grupos Metodologias participativas	
“Nós tivemos muitos relatos interessantes. Que ele percebe que a partir dali ele vai conseguir transformar a formação no local de trabalho. Que vai qualificar a sua ação. Esse é nosso objetivo maior.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)			Retorno e relatos dos atores da comunidade
“A partir de uma avaliação do curso eles dizem que ‘isso eu vou poder levar e eu vou influenciar no meu espaço de trabalho’.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)			Retorno e relatos dos atores da comunidade
“Com o retorno deles podemos observar que os objetivos foram alcançados na medida em que eles conseguem perceber. A gente acredita que potencializa, a gente mobiliza o público alvo para reflexão crítica.” (Coordenadora do Projeto de Formação em Direitos Humanos)			Retorno e relatos dos atores da comunidade
“O curso ampliou minha capacidade de análise. O			

<p>acúmulo intelectual foi inevitável. Me possibilitou a qualificar minha análise em relação ao ambiente que eu estou inserido no debate desta temática.” (Aluno do Projeto Formação em Direitos Humanos)</p>			<p>Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios</p> <p>Mudança no comportamento social do público alvo</p> <p>Atuação como agente de mudanças/Multiplicador</p>
<p>“Você levando a educação como proposta emancipatória eu me vejo emancipado em um curso desse. Consegui dar mais um passo a frente em relação a ter um pensamento mais digno, um tratamento mais justo com as pessoas. Então, me desnaturalizou e desconstruiu preconceitos e atavismos que eu tinha anteriormente e naturalizei novas questões e novos conceitos. Vou até usar uma frase de Guimarães Rosa: ‘Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa’. Então, desconfio que eu sei um pouco melhor, um ser humano melhor para viver nesse mundo aí que a gente sabe como que é.” (Aluno do Projeto de Formação e Direitos Humanos)</p>			<p>Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios</p> <p>Mudança no comportamento social do público alvo</p> <p>Atuação como agente de mudanças/Multiplicador</p>
<p>“Os alunos se identificavam muito na questão de não saber e perceber que faziam alguma coisa nos seus ambientes de trabalho. Então assim eles não sabiam que as vezes eles tinham ações que não sabiam que eram respaldadas por legislações. Algumas pessoas perceberam que tinham a garantia de executar o que elas já faziam.” (Bolsista/Graduanda de Serviço Social do Projeto de Formação em Direitos Humanos)</p>			<p>Atuação efetiva do público alvo em seus Territórios</p> <p>Mudança no comportamento social do público alvo</p> <p>Atuação como agente de mudanças/Multiplicador</p>

APÊNDICE D - Roteiro para Realização de Entrevistas Semi Estruturadas

1 - Como se dá os processos de preparação, organização e planejamento do Projeto?

2 - Como se desenvolvem os processos decisórios no Projeto?

3 - Há alguma preocupação em implementar as ações do Projeto com base nos interesses da Comunidade Fim?

4 - Como se dá a relação dos Pesquisadores com a Comunidade Fim? São realizados encontros ou reuniões com todos os participantes do Projeto?

5 - Nos estudos sobre o conceito de Extensão Universitária identificamos que se reivindica 5 diretrizes para a realização das ações extensionistas. Dentre estas a que interessa a presente pesquisa é a diretriz "Impacto na Transformação Social". Como você enxerga nas ações do Projeto a aproximação ou o distanciamento ao alcance desta diretriz?

6 - Há previsão de processos avaliativos durante, ao final do Projeto ou de etapas? Em caso afirmativo, quais os objetivos desta avaliação?

7 - Compreendemos a qualidade social dos Projetos de Extensão como resultados que vão além da preparação, organização e planejamento das ações, mas sim com o alcance dos objetivos propostos e a devolução dos resultados a Comunidade Fim. Com o desenvolvimento do Projeto, em que medida e com que ações os resultados se aproximam e se afastam dessa qualidade social?

8 - Os objetivos do Projeto são cumpridos? Sob que aspectos?

APÊNDICE E - PERGUNTAS GUIA - NARRATIVA

Entrevistados: Comunidade Fim

1 - Conte sua história de vida.

2 - Como você conheceu o Projeto?

3 - Você é ouvido?

4 - Quais os problemas enfrentados? Como foram solucionados? Que pontos positivos auxiliaram o enfrentamento dos problemas?

5 - Você participa de processos de avaliação do Projeto?

6 - O que o Projeto mudou em sua vida?